

Echoenergia Participações S.A.

CNPJ/MF nº 24.743.678/0001-22

Relatório da Administração

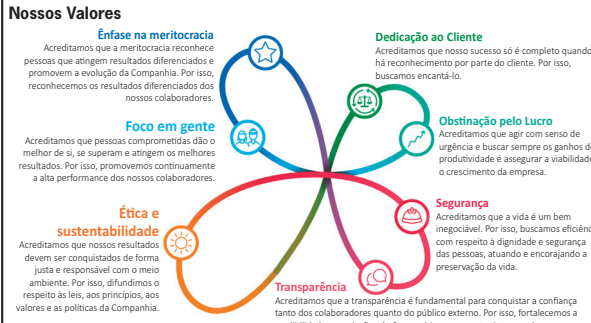
Senhoras e senhores acionistas, A Administração da Echoenergia Participações S.A. ("Echoenergia" ou "Companhia") submete para apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras dos exercícios findos em 2025 e 2024, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Acompanham este documento o relatório dos auditores independentes referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2025. As informações do Relatório da Administração estão apresentadas em milhões de reais e em base consolidada, exceto quando indicado de outra forma. O presente documento cumpre a exigência da Lei nº 6.404/76, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). É destinado, prioritariamente, aos acionistas da Companhia, e mantido à disposição para acesso público no website da Echoenergia Participações.

A Companhia: A Echoenergia Participações é a plataforma de energia renovável do Grupo Equatorial, sendo uma das maiores e mais eficientes geradoras de energia renovável do país e pioneira no Mercado Livre de Energia, considerando a venda de energia em larga escala a longo prazo. Temos uma capacidade de geração de 1.2 GW de projetos eólicos através dos nossos parques localizados na Bahia, Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco.

MISSÃO Gerar energia limpa com o mínimo de impacto social

VISÃO Ser a Companhia mais eficiente no setor brasileiro de energia renovável

- VALORES**
1. Foco em Gente
 2. Ênfase na Meritocracia
 3. Obstinação pelo Lucro
 4. Dedicção ao Cliente
 5. Segurança
 6. Ética e Sustentabilidade
 7. Transparência



Geração Eólica: A Echoenergia monitora dados operacionais referente a geração de energia eólica que estão divulgados abaixo:

Dados Operacionais – Eólicos	2024	2025	Var.
Velocidade do Vento (m/s)	7,81	8,10	3,7%
Energia Gerada Líquida (GWh)*	3.981,9	4.180,8	5,0%
Disponibilidade Técnica Ajustada¹ **	95,6%	95,0%	-0,6 p.p.

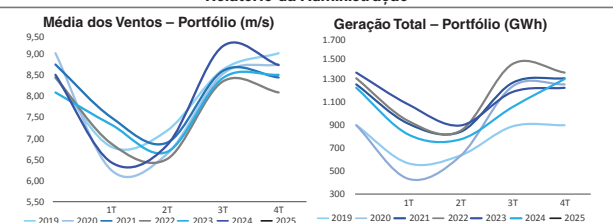
*Valores medidos no centro de gravidade
**Aplica-se o ajuste no indicador para contabilizar a garantia contratual de disponibilidade nos contratos de O&M de aerogeradores

Em 2025, a geração eólica líquida totalizou 4.180,8 GWh representando um crescimento de 5,0% em relação a 2024 (3.981,9 GWh). Esse desempenho foi impulsionado, principalmente, pelo aumento de 3,7% na velocidade média do vento que atingiu 8,10 m/s (vs. 7,81 m/s em 2024). Desconsiderando os efeitos de constrained-off, a geração eólica teria atingido 5.145,1 GWh em 2025 frente a 4.826,3 GWh em 2024, o que representa um crescimento de 6,6% no período. O nível de disponibilidade reflete o planejamento das paradas para manutenção das máquinas em Echo 2. Desconsiderando o ativo de Echo 2, a disponibilidade técnica ajustada do portfólio em 2025 seria de 97,07%. Abaixo, as principais variações entre os períodos são destacadas: **Ventos de Tianguá:** a geração totalizou 522,4 GWh em 2025, redução de 3,5% em relação a 2024 (541,4 GWh), apesar do aumento de 4,5% na velocidade média do vento (8,1 m/s vs. 7,7 m/s). O desempenho reflete, principalmente, uma maior incidência de restrições de geração devido ao constrained-off (5,83% em 2024 vs. 13,01% em 2025). **Ventos de São Clemente:** a geração totalizou 768,7 GWh em 2025, redução de 5,9% em relação a 2024 (817,2 GWh), mesmo com aumento de 2,0% na velocidade do vento (7,3 m/s vs. 7,1 m/s). Esse resultado reflete o aumento relevante dos níveis de constrained-off (4,22% em 2024 vs. 10,57% em 2025). **Serra do Mel 1 e 2:** composto pelos projetos Echo 3, 6, 7, 8, 9 e 10, a geração do complexo totalizou 1.589,0 GWh representando um crescimento expressivo de 18,8% frente a 2024 (1.337,5 GWh), impulsionado pelo aumento de 3,7% na velocidade do vento (8,2 m/s vs. 7,9 m/s) e pela redução relativa dos cortes de geração pelo ONS (34,04% em 2024 vs. 28,57% em 2025). **Echo 1, 2, 4 e 5:** de forma agregada, os ativos apresentaram desempenho heterogêneo: • Echo 01: crescimento de 9,9%, totalizando 352,0 GWh, em linha com o aumento relevante do recurso (+5,8%); • Echo 02: redução de 3,8% (392,9 GWh), impactada por paradas para manutenção e aumento de constrained-off (3,11% em 2024 vs. 7,04% em 2025); • Echo 04 e 05: geração praticamente estável. Apesar do aumento do recurso eólico, observou-se elevação dos níveis de constrained-off.

Indicadores Operacionais

Balancos Patrimoniais – Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)					
Ativo	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6.a	8.638	39.808	523.333	372.181
Fundos vinculados	6.b	-	-	18.521	17.397
Contas a receber	7	-	-	158.048	174.607
Adiantamento a fornecedores	590	2.030	18.285	11.379	-
Tributos sobre o lucro a recuperar	818	2.542	6.971	7.143	-
Tributos a recuperar	-	-	7	16.384	11.917
Despesas pagas antecipadamente	27.a	478	-	478	-
Derivativos a receber	27.a	66.225	80.511	7.223	8.761
Partes relacionadas	26.b	57.577	30.545	-	-
Dividendos a receber	53	-	-	70.907	26.550
Estoques	966	561	1.010	620	-
Outras contas a receber	-	-	-	-	-
Total ativo circulante		135.619	156.224	842.272	648.273
Não circulante					
Contas a receber	7	-	-	39.482	41.572
Fundos vinculados	6.b	-	-	730.750	658.510
Depósitos judiciais	25	-	-	22.903	21.045
Despesas pagas antecipadamente	14	35	15	1.450	-
Outras contas a receber	35	35	35	35	-
Total realizável a longo prazo		49	70	793.185	722.612
Investimentos	8	2.597.373	2.677.799	-	-
Direito de uso	9	4.363	6.736	356.360	388.665
Imobilizado	10	13.141	12.682	4.290.022	4.626.773
Ativos intangíveis	11	17.736	14.751	436.943	471.728
Total ativo não circulante		2.632.662	2.712.038	5.876.510	6.209.778
Total do ativo		2.768.281	2.868.262	6.718.782	6.858.051

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Em termos consolidados, o portfólio eólico apresentou melhora relevante do recurso eólico em todos os complexos, o que sustentou o crescimento da geração. No entanto, esse desempenho foi parcialmente limitado pelo aumento do volume de constrained-off que segue como o principal fator restritivo à plena geração. O gráfico abaixo apresenta de forma comparativa a geração eólica do ano com os parâmetros P50 e P90 recalculados pela Echoenergia recentemente, considerando o ano de 2025. Vale ressaltar que estas estimativas são robustas, tendo em vista que os estudos foram revalidados com os parques 100% operacionais.

Constrained-off

Unidade	Total		Confiabilidade		Indisponibilidade		Energético		Visão ONS¹	
	Unidade	[%]	[GWh]	[R\$ milhões]	[GWh]	[R\$ milhões]	[GWh]	[R\$ milhões]	[GWh]	[R\$ milhões]
Eólicas	2024	17,5%	844	136	715	114	34	6	95	16
	2025	18,7%	964	220	599	148	53	13	312	59
	3T23 a 4T25	17,2%	2.203	400	1.650	297	116	24	437	79

(1) Valores obtidos do SAGER (Sistema de Auração da Geração), podendo variar em relação aos dados internos devido à falha na coleta de dados pelo ONS ou diferenças na metodologia de auração de perda de energia.

Após a ocorrência, em 15 de agosto de 2023, que resultou no desligamento parcial do Sistema Interligado Nacional (SIN), o Operador Nacional do Sistema (ONS) implementou alterações no modo de operação do sistema, que passaram a impor restrições relevantes à geração de energia (conhecidas como "constrained-off") para os agentes de geração renovável no Nordeste. Dentre essas alterações, destaca-se a redução dos limites de exportação de energia da região Nordeste para as regiões Sudeste/Centro-Oeste e Norte. Historicamente, até a referida ocorrência, a Echoenergia apresentava impactos pouco relevantes associados ao constrained-off. No entanto, a partir desse evento, o portfólio eólico passou a ser significativamente impactado com maior concentração no complexo de Serra do Mel. Em 2025, os efeitos de constrained-off nos parques eólicos totalizaram 964 GWh, o que representou uma restrição de 18,7% da energia ou um impacto financeiro de R\$ 220 milhões. Na comparação anual, o volume de cortes foi superior aos 844 GWh (17,5%) registrados em 2024, representando um aumento de 14,2%. Quanto à natureza das restrições o portfólio eólico foi impactado predominantemente por razões de confiabilidade que responderam por 62% (599 GWh ou R\$ 148 milhões), seguidas por restrições energéticas que representaram 32% (312 GWh ou R\$ 59 milhões). As restrições por indisponibilidade externa corresponderam aos 6% remanescentes (53 GWh ou R\$ 13 milhões). A Echoenergia tem trabalhado ativamente em colaboração com as associações do setor para minimizar o impacto do constrained-off em seu portfólio.

Desempenho Financeiro:

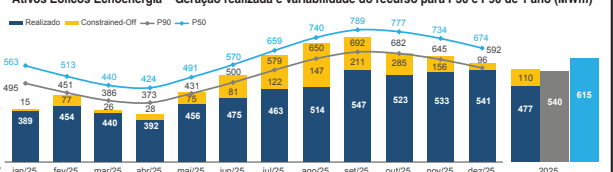
Apresentamos o desempenho econômico-financeiro da Echoenergia Participações para os anos de 2025 e 2024 acumulados.

Valores em R\$ milhões

Resultados – Echo Participações	2024	2025	Δ
Receita Líquida	1.067,7	1.107,4	39,6
(-) Compra de Energia	(101,4)	(126,9)	(25,6)
Lucro Bruto de Energia	966,3	980,4	14,1
Custos e Despesas Operacionais	(335,1)	(644,3)	(309,3)
(-) Custo de Operação e Produção de Energia	(289,3)	(295,3)	(6,0)
(-) Despesas Operacionais e Administrativas	(45,8)	(77,2)	(31,4)
(-) Ajuste de Impairment	-	(271,8)	(271,8)
EBITDA	631,2	336,1	(295,2)
Margem EBITDA (%)	65,3%	34,3%	-31,0 p.p.
(+) Ajuste de Impairment	-	271,8	271,8
(-/+ Efeitos Não-Recorrentes	14,4	26,6	12,3
EBITDA Ajustado	645,6	634,5	(11,1)
Margem EBITDA Ajustada (%)	66,8%	64,7%	-2,1 p.p.
(-) Depreciação/Amortização	(270,2)	(265,6)	4,6
(+/-) Resultado Financeiro	(261,7)	(217,2)	44,5
(-) Impostos	(2,3)	(73,4)	(71,1)
Lucro (Prejuízo) Líquido	97,0	(220,1)	(317,2)
Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado	97,0	51,7	(45,3)
Margem Líquida Ajustada (%)	10,0%	5,3%	-4,8 p.p.

Lucro Bruto de Energia: A Receita Líquida totalizou R\$ 1.107,4 milhões em 2025, um aumento de 3,7%, ou R\$ 39,6 milhões quando comparado ao ano anterior, devido principalmente pelo impacto da maior geração líquida e por conta de ajustes de preço médio (impacto da inflação) e por operação de swap de lastro. O Lucro Bruto de Energia considerando o efeito do custo de compra de energia foi de R\$ 980,4 milhões em 2025, crescimento de 1,5% ou R\$ 14,1 milhões quando comparado ao ano de 2024, refletindo a maior necessidade de compra de energia em contratos do Ambiente de Contratação Livre com o aumento do constrained-off. **Custos e Despesas Operacionais:** Os custos e despesas operacionais (excluindo depreciação e amortização e compra de energia) totalizaram R\$ 644,3 milhões em 2025, sendo significativamente impactados pelo efeito do ajuste de impairment no valor de R\$ 271,8 milhões registrado no 4T25. Desconsiderando tal efeito, os custos e despesas operacionais de Echo Participações totalizaram R\$ 372,5 milhões em 2025, crescimento de 11,2% ou R\$ 37,4 milhões em relação ao ano de 2024. O crescimento é composto principalmente por: (i) Aumento dos custos com contratos de O&M, cuja variação no período foi de R\$ 7,5 milhões frente a 2024, devido aos efeitos de inflação e escalonamento previstos nos contratos; (ii) Incremento dos encargos de transmissão, distribuição e conexão, no montante de R\$ 5,1 milhões frente a 2024, devido principalmente ao reajuste da receita das transmissoras e distribuidoras; (iii) Aumento nos gastos com materiais, no montante de R\$ 3,7 milhões em relação a 2024, atrelado ao maior consumo para reparos de grandes componentes; (iv) Aumento de outros gastos operacionais

foi parcialmente limitado pelo aumento do volume de constrained-off que segue como o principal fator restritivo à plena geração. O gráfico abaixo apresenta de forma comparativa a geração eólica do ano com os parâmetros P50 e P90 recalculados pela Echoenergia recentemente, considerando o ano de 2025. Vale ressaltar que estas estimativas são robustas, tendo em vista que os estudos foram revalidados com os parques 100% operacionais.



Visão Echoenergia

Unidade	Total		Confiabilidade		Indisponibilidade		Energético		Visão ONS¹	
	Unidade	[%]	[GWh]	[R\$ milhões]	[GWh]	[R\$ milhões]	[GWh]	[R\$ milhões]	[GWh]	[R\$ milhões]
Eólicas	2024	17,5%	844	136	715	114	34	6	95	16
	2025	18,7%	964	220	599	148	53	13	312	59
	3T23 a 4T25	17,2%	2.203	400	1.650	297	116	24	437	79

(1) Valores obtidos do SAGER (Sistema de Auração da Geração), podendo variar em relação aos dados internos devido à falha na coleta de dados pelo ONS ou diferenças na metodologia de auração de perda de energia.

no valor de R\$ 21,1 milhões em relação a 2024, incluindo serviços de terceiros, seguros, indenizações, impostos, taxas e alvarás, locações e alugueis, viagens e despesas diversas – contemplando a variação de efeitos não-recorrentes e não-caixa de baixas de ativos entre os períodos. Em 2025, para além do ajuste de impairment, o efeito não-recorrente sobre custos e despesas operacionais se refere à baixa de ativos imobilizados e à conciliação de saldos patrimoniais extemporâneos totalizando o valor de R\$ 26,6 milhões, ao passo que em 2024 o efeito não-recorrente de natureza análoga foiapurado em R\$ 14,4 milhões.

Impairment: Em decorrência dos efeitos de constrained-off nos ativos da Echoenergia Participações foi reconhecido um ajuste de impairment no investimento da companhia no montante total de R\$ 271,8 milhões no 4T25. Essa perda decorre da revisão das premissas utilizadas no teste de recuperabilidade das Unidades Geradoras de Caixa, principalmente em relação às expectativas de geração efetiva de energia, à incorporação estrutural dos efeitos de curtailment nas projeções de fluxo de caixa e às perspectivas de preços de energia no longo prazo. Como resultado dessa revisão, o valor contábil de determinados ativos passou a exceder seu valor recuperável, levando ao reconhecimento da perda contábil no período. Essa perda não possui efeito caixa e poderá ser revertida futuramente caso haja melhoria nas condições operacionais ou de mercado, como redução dos níveis de curtailment ou revisão das premissas de geração e preços de energia.

EBITDA Ajustado: Em 2025, o EBITDA Ajustado reportado, desconsiderando o efeito de ajuste de impairment e efeitos não-recorrentes e não-caixa foi R\$ 634,5 milhões, redução de 1,7% ou R\$ 11,1 milhões em relação ao ano de 2024, sendo impacto pelo crescimento em custos e despesas operacionais.

Resultado Financeiro: O resultado financeiro líquido registrado em 2025 foi negativo em R\$ 217,2 milhões, variação positiva de R\$ 44,5 milhões versus o resultado negativo de R\$ 261,7 milhões do ano de 2024. Abaixo, os itens que explicam a variação: (i) Crescimento de R\$ 48,2 milhões em receitas financeiras, devido à maior posição de caixa e equivalentes de caixa e ao maior patamar do CDI em 2025 com relação a 2024, atingindo 14,3% no acumulado de 2025 ante 10,9% no ano anterior; e (ii) Incremento de R\$ 3,7 milhões de despesas financeiras, sendo em grande parte de juros, custos com fianças e comissões bancárias, IOF e juros sobre arrendamentos, refletindo a variação monetária sobre ressarcimentos e excedentes, que mitigaram o impacto da menor posição de dívida bruta e do menor patamar de IPCA em 2025 ante 2024.

Diversidade e Inclusão: Ao longo de 2025 foram promovidas ações focadas em diversidade, desenvolvimento de talentos e valorização de profissionais formados internamente. Entre as iniciativas de destaque está a Escola de Eletricistas, que capacita profissionais para o setor e apoia a estratégia de primarização. No ano, formamos 330 pessoas, com 90% de aproveitamento nas turmas. Desses participantes, 65 foram inseridos no mercado de trabalho. O Grupo Equatorial também avançou na incorporação da pauta de diversidade ao processo de atração e seleção. Foram realizadas capacitações voltadas a recrutadores e líderes, abordando diversidade e vieses inconscientes e práticas de entrevistas por competência, além de reforçar o papel dos gestores como agentes da marca empregadora e promotores de processos seletivos mais justos e consistentes. A padronização de critérios, testes e roteiros de entrevista busca ampliar a equidade nas decisões e reduzir subjetividades ao longo do processo. As consultorias parceiras também passaram a ser acompanhadas de forma mais estruturada, assegurando alinhamento às diretrizes institucionais da Companhia. Como compromisso com a equidade, detalhamos a seguir a quantidade e proporção de mulheres entre nossos colaboradores.

Mulheres empregadas por níveis hierárquicos no Brasil				
Nível Hierárquico	Total	% Mulheres	Total	% Mulheres
Conselho	-	-	-	-
Alta Liderança	5	-	4	-
Média Liderança	20	15,00	21	23,81
Equipe	283	29,33	312	34,62
Total	308	27,92	337	33,53

Proporção da remuneração total entre gêneros no Brasil por nível hierárquico		
Nível Hierárquico	Remuneração Média – 2024	Remuneração Média – 2025
Conselho	-	-
Alta Liderança	-	-
Média Liderança	1,41	1,34
Equipe	1,02	1,10
Total	0,88	0,91

Demonstrações dos Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)					
	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	20	-	-	1.107.353	1.067.709
Custos de operação	21	-	-	(642.905)	(613.241)
Lucro bruto				464.448	454.468
Despesas gerais e administrativas	22	(47.054)	(46.872)	(97.293)	(104.529)
Resultado com equivalência patrimonial	8	(125.796)	127.036	-	-
Perda por redução ao valor recuperável (impairment)	23	-	-	(271.818)	-
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(6.207)	2.106	(24.899)	11.056	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(179.057)	82.270	70.438	360.995
Receitas financeiras	24	4.262	2.179	137.428	89.207
Despesas financeiras	24	(54.321)	(46.855)	(354.635)	(350.905)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(50.059)	(44.676)	(217.207)	(261.698)
Imposto de renda e contribuição social	15.b	-	-	(82.347)	(61.703)
correntes	15.b	8.987	59.413	8.987	59.413
diferidos	15.c	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) do exercício		(220.129)	97.007	(220.129)	97.007

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)					
	Notas	Controladora			

Ecoenergia Participações S.A.											
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024					Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método indireto – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024						
(Em milhares de reais)											
Controladora e Consolidado											
	Capital social		Reserva	Outros prejuízos resultantes	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido	Notas	Controladora		Consolidado	
	Capital integralizado	Capital subscrito						2025	2024	2025	2024
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.783.145		1.981	(526.610)	2.258.516	91					
Subscrição de capital	113.000				113.000						
Programa de remuneração baseado em ações			(1.981)		(1.981)						
Lucro líquido do exercício				97.007	97.007	(91)					
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.896.145			(429.603)	2.466.542						
Aporte de capital	58.000	(6.850)			51.150						
Reserva de hedge				(442)	(442)						
Prejuízo do exercício				(220.129)	(220.129)						
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.954.145	(6.850)		(442)	(649.732)	2.297.121					
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.											
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas – 31 de dezembro de 2025 e 2024											
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)											
1. Contexto operacional – a. Constituição e capacidade produtiva: A Ecoenergia Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Companhia é Avenida das Nações Unidas, 14.171, – 15º andar, Torre Ebony Tower, Edifício Rochaverá, Vila Gertrudes, capital do estado de São Paulo. Constituída em 06 de maio de 2016, a Companhia é uma Holding que detém participação em empresas com foco em implementação e exploração de ativos de geração e comercialização de energia elétrica de fontes renováveis, com suas atividades distribuídas nos estados de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia. As controladas cujo objeto social é geração de energia elétrica são Produtores Independentes de Energia Elétrica, tendo todas as sociedades autorização do Poder Concedente conforme definido na Lei nº 9.074/95. Em 31 de dezembro de 2025, os empreendimentos em operação da Companhia somam 1.204,11 MW de capacidade instalada total para geração de energia eólica, através de 42 controladas. As atividades da Companhia e suas controladas são fiscalizadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica). Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do Grupo. Os termos abaixo podem ser utilizados ao longo destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de forma abreviada: • AC – Ambiente de Contratação Regulada • ACL – Ambiente de Comercialização Livre • ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica • CCEAR – Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado • CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica • LER – Leilão de Energia de Reserva • LFA – Leilão de Fonte Alternativa • LEN – Leilão de Energia Nova • MRE – Mecanismo de Realocação de Energia • PLD – Preço de Liquidação das Diferenças • MCP – Mercado de Curto Prazo.											
1.1. Projetos de geração eólica: Em 31 de dezembro de 2025, as controladas possuem os seguintes contratos de venda de energia de longo prazo e autorizações para exploração de energia eólica:											
Companhia	Garan-tia física (MWm)	Portaria-tia física (MW)	Capaci-dade instalada (MW)	Energia produzida (MWh)	Índice de reajuste	Mês de reajuste					
Ventos de São Clemente 1	627/2014 25/11/2014 25/11/2049	17,2	289/2020	31,37	LEN3/2014	15,3	IPCA	Janeiro			
Ventos de São Clemente 2	628/2014 25/11/2014 25/11/2049	15,5	289/2020	31,37	LEN3/2014	14,2	IPCA	Janeiro			
Ventos de São Clemente 3	631/2014 27/11/2014 27/11/2049	15,2	289/2020	31,37	LEN3/2014	14,5	IPCA	Janeiro			
Ventos de São Clemente 4	639/2014 28/11/2014 28/11/2049	15,7	289/2020	31,37	LEN3/2014	14,6	IPCA	Janeiro			
Ventos de São Clemente 5	632/2014 27/11/2014 27/11/2049	18,6	289/2020	31,37	LEN3/2014	15,7	IPCA	Janeiro			
Ventos de São Clemente 6	633/2014 27/11/2014 27/11/2049	15,2	289/2020	27,68	LEN3/2014	13,3	IPCA	Janeiro			
Ventos de São Clemente 7	640/2014 28/11/2014 28/11/2049	13	289/2020	28,83	LEN3/2014	10,7	IPCA	Janeiro			
Ventos de São Clemente 8	634/2014 28/11/2014 27/11/2049	11,7	289/2020	22,14	LEN3/2014	9,5	IPCA	Janeiro			
Ventos do Morro do Chapéu	410/2011 08/07/2011 08/07/2046	14,1	289/2020	27,51	LEF7/2010	13,1	IPCA	Dezembro			
Ventos do Parazinho	410/2011 08/07/2011 08/07/2046	15,5	289/2020	29,12	LEF7/2010	14	IPCA	Dezembro			
Vento Formoso	409/2011 08/07/2011 08/07/2046	14,6	289/2020	27,51	LEF7/2010	13,5	IPCA	Dezembro			
Ventos de Tianguá Norte	389/2011 04/07/2011 04/07/2046	15,5	289/2020	29,12	LEF7/2010	14,1	IPCA	Dezembro			
Ventos de Tianguá	390/2011 04/07/2011 04/07/2046	15,2	289/2020	27,75	LEF7/2010	13,1	IPCA	Dezembro			
Pedra do Reino	594/2010 30/06/2010 30/06/2045	10,84	594/2010	30	LER3/2009	10	IPCA	Julho			
Pedra do Reino III	467/2011 03/08/2011 03/08/2046	6,8	467/2011	18	LER5/2010	6,8	IPCA	Setembro			
Cabeço Preto	712/2010 11/08/2010 11/08/2045	6,56	712/2010	19,8	LER3/2009	6	IPCA	Julho			
Cabeço Preto IV	258/2011 18/04/2011 18/04/2046	8,4	258/2011	19,8	LER5/2010	8,4	IPCA	Setembro			
Serra de Santana I	478/2011 17/08/2011 17/08/2046	9,7	478/2011	20	LER5/2010	8,1	IPCA	Setembro			
Serra de Santana II	468/2011 03/08/2011 03/08/2046	13,5	468/2011	30	LER5/2010	13,5	IPCA	Setembro			
Serra de Santana III	475/2011 11/08/2011 11/08/2046	12,7	475/2011	30	LER5/2010	12,7	IPCA	Setembro			
Lanchinha	266/2012 02/05/2012 02/05/2047	13,2	266/2012	28	LER3/2011	13,2	IPCA	Julho			
Pelado	263/2012 02/05/2012 02/05/2047	9	263/2012	9	LER3/2011	9	IPCA	Julho			
Pedra Rajada	109/2015 02/04/2015 02/04/2050	11	109/2015	20	LER8/2014	11	IPCA	Outubro			
Pedra Rajada II	110/2015 02/04/2015 02/04/2050	10,1	110/2015	20	LER8/2014	10,1	IPCA	Outubro			
Cabeço Vermelho	324/2014 14/07/2014 14/07/2049	15,2	65/2020	28,6	LEN10/2013	13,6	IPCA	Janeiro			
Cabeço Vermelho II	345/2014 18/07/2014 18/07/2049	9,7	65/2020	16,8	LEN10/2013	9	IPCA	Janeiro			
Pedra do Reino IV	181/2016 12/05/2016 12/05/2051	9,7	181/2016	20	LER9/2015	9,7	IPCA	Novembro			
Boa Esperança I	389/2015 20/08/2015 20/08/2050	15,3	225/2018	30,8	LEN6/2014	14,4	IPCA	Janeiro			
Vila Sergipe I	7538/2018 26/12/2018 26/12/2053	21,5	98/2019	37,8	ACL Variável	IPCA	Janeiro				
Vila Rio Grande do Norte I	7518/2018 26/12/2018 26/12/2053	13,3	98/2019	25,2	ACL Variável	IPCA	Janeiro				
Vila Rio Grande do Norte II	7537/2018 26/12/2018 26/12/2053	21,1	98/2019	37,8	ACL Variável	IPCA	Janeiro				
Vila Piauí III	7653/2019 21/03/2019 21/03/2054	23,6	162/2019	42	ACL Variável	IPCA	Janeiro				
Vila Sergipe II	7651/2019 21/03/2019 21/03/2054	21,2	162/2019	37,8	ACL Variável	IPCA	Janeiro				
Vila Sergipe III	7652/2019 21/03/2019 21/03/2054	9,1	162/2019	16,8	ACL Variável	IPCA	Janeiro				
Vila Piauí I	7675/2019 26/03/2019 26/03/2054	20,7	162/2019	37,8	ACL Variável	IPCA	Janeiro				
Vila Piauí II	7674/2019 26/03/2019 26/03/2054	20,8	162/2019	37,8	ACL Variável	IPCA	Janeiro				
Vila Alagoas II	8620/2020 12/03/2020 12/03/2055	10,9	397/2020	21	ACL Variável	IPCA	Janeiro				
Vila Espírito Santo I	8615/2020 12/03/2020 12/03/2055	17,6	397/2020	33,6	ACL Variável	IPCA	Janeiro				
Vila Espírito Santo II	8616/2020 12/03/2020 12/03/2055	18,5	397/2020	37,8	ACL Variável	IPCA	Janeiro				
Vila Espírito Santo III	8617/2021 12/03/2020 12/03/2055	18,7	397/2020	37,8	ACL Variável	IPCA	Janeiro				
Vila Espírito Santo IV	8618/2022 12/03/2020 12/03/2055	19,3	397/2020	37,8	ACL Variável	IPCA	Janeiro				
Vila Espírito Santo V	8619/2022 12/03/2020 12/03/2055	20,2	397/2020	37,8	ACL Variável	IPCA	Janeiro				
Total			615,2	1.204,11							

(a) O prazo médio dos contratos regulados é de aproximadamente 20 anos, já no ambiente livre os contratos apresentam prazo médio de 11 anos, ambos a partir da data de início de fornecimento. **1.2. Alteração do controlador direto:** Em 31 de outubro de 2025, foi concluída a alienação da totalidade das ações de emissão da Equatorial Transmissora S.A. e suas controladas transmissoras e da Equatorial Transmissora Holding S.A. ("Operação"), para a Infraestrutura e Energia Brasil S.A., na qualidade de compradora e subsidiária integral da Verene Energia S.A., controlada pela Caixa de Depósito e Placemnt Du Québec – CDPO. Com a conclusão dessa operação, a Ecoenergia Participações S.A. passou a ser controladora direta e final a Equatorial S.A. **1.3. Reforma tributária sobre o consumo:** Em dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023 que introduziu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil, posteriormente regulamentada pela Lei Complementar 214/2025 e Lei Complementar 227/2026, de 13 de janeiro de 2026. A reforma substituirá gradualmente o ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS por três tributos de base ampla sobre valor agregado: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS). O IBS será de competência compartilhada entre Estados e Municípios, a CBS terá abrangência federal e o IS assumirá função regulatória, incidindo sobre bens e serviços específicos. A vigência plena está prevista para 2033, com fase de transição entre 2026 e 2032. Aspectos operacionais e detalhes específicos ainda dependem de regulamentação complementar. Até 31 de dezembro de 2025, não há impactos da reforma tributária nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. A Administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avaliará os efeitos à medida que novas definições forem estabelecidas. **1.4. Lei nº 15.269/2025 – Novo marco regulatório do setor elétrico (impactos na comercialização de energia eólica):** Em 24 de novembro de 2025, foi sancionada a Lei nº 15.269/2025, que altera o marco regulatório do setor elétrico e introduz modificações relevantes para a dinâmica de comercialização de energia, incluindo a abertura do mercado livre para clientes de baixa tensão, a instituição do Supridor de Última Instância (SUI), mecanismos de encargos associados à migração, alterações em autoprodução por equiparação e diretrizes sobre armazenamento. Adicionalmente, destaca-se o estabelecimento de mecanismos de compensação financeira para cortes de geração de usinas eólicas e solares classificados como indisponibilidade externa ou confiabilidade elétrica, impondo tratamentos e fontes de receitas distintas tanto para o passado (período de 01/09/2023 a 25/11/2025) quanto para o futuro (a partir de 25/11/2025). A possibilidade de ressarcimento, contudo, está condicionada à adesão do gerador a um termo de compromisso a ser firmado com o poder concedente, o que implica a existência de eventuais ações judiciais relacionadas ao tema. O Ministério de Minas e Energia – MME submeteu a minuta do referido termo de compromisso à Consulta Pública nº 210/2025, abrindo prazo para contribuições até 16/01/2026. A Administração da Companhia acompanha a evolução desse processo regulatório e avalia os potenciais impactos operacionais, regulatórios e econômico-financeiros associados à implementação da nova legislação, tendo em vista a relevância dos valores associados às tipologias de corte de geração não contemplados no mecanismo de compensação. A decisão da Companhia em aderir ou não ao mecanismo de compensação proposto dependerá das regulamentações complementares que venham a ser editadas, de seus prazos de vigência e da forma como serão operacionalizadas no âmbito do setor elétrico. Em 31 de dezembro de 2025, a Lei nº 15.269/2025 não gerou efeitos contábeis materiais nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, que exigiam reconhecimento ou renúncia imediata de ativos e passivos, permanecendo os saldos contabilizados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **2. Base de preparação – a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram

preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira (BR-GAAP) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Adicionalmente, a Companhia e suas controladas consideraram as orientações emanadas da Orientação Técnica OPCO 07 (R1), emitida pelo CPC divulgado em novembro de 2023, na preparação das suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela administração da Companhia em 25 de março de 2026. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelos seus valores justos por meio do resultado, quando requerido pelas normas. **c. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todos os saldos apresentados em Reais, foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **Julgamentos e incertezas sobre premissas e estimativas:** Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não há estimativas contábeis que requerem nível de julgamento elevado. As premissas e estimativas significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão demonstradas nas notas explicativas: • Contas a receber – Excedente de geração dos contratos de venda de energia no mercado regulado (nota explicativa 7) – reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das entradas de recursos dos contratos regulados; • Contas a receber – perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) (nota explicativa 7.b) – principais premissas sobre o risco de inadimplência e as taxas de perdas esperadas; • Imobilizado (nota explicativa 10) – aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis; • Intangível (nota explicativa 11) – aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis de ativos; • Provisões para ressarcimento (nota explicativa 16) – Déficit de geração dos contratos de venda de energia no mercado regulado – reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das entradas de recursos dos contratos regulados; • Provisões para desmobilização (nota explicativa 17) – reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; • Provisões trabalhistas, tributárias e cíveis (nota explicativa 25) – reconhecimento e mensuração: principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo. • Pagamento baseado em ações (nota explicativa 31) – premissas utilizadas na mensuração dos valores justos. **3. Base de consolidação e investimentos em controladas –** As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir. As políticas contábeis das controladas consideradas na consolidação estão alinhadas com as políticas contábeis adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Resultado antes dos tributos					
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de					
Atividades operacionais:					
Resultado de equivalência patrimonial	8.b	125.796	(127.036)	–	–
Amortização de direitos de uso	9.a	2.373	2.227	13.905	13.763
Juros sobre passivo de arrendamento	9.b	643	784	6.624	6.751
Depreciação	10	527	484	209.657	207.690
Baixa de imobilizado	10	–	1.629	32.004	53.957
Amortização de direitos de exploração	11.a	37.763	37.763	37.763	40.466
Baixa de intangível	11.b	–	2.539	–	2.539
Amortização de software	11.b	4.299	5.650	4.306	5.650
Juros sobre financiamentos	13	10.582	7.243	203.287	202.535
Custo de captação de financiamentos apropriado ao resultado	13	81	(81)	3.221	3.058
Juros sobre debêntures	14	37.696	41.960	93.725	102.749
Custo de captação de debêntures apropriado ao resultado	14	1.400	1.637	1.924	2.158
Atualização monetária de excedente e ressarcimento	16.a	–	–	7.871	5.126
Adição do saldo em formação do excedente a receber	7.a	–	–	(25.544)	(17.575)
Adições do ressarcimento	16.a	–	–	117.803	97.337
Ajuste a valor presente provisório para desmobilização	17	–	–	13.390	12.937
Redução ao valor recuperável de ativos do imobilizado (impairment)	23	–	–	271.818	–
Rendimentos de aplicações financeiras e fundos vinculados	24	(3.066)	(2.116)	(133.658)	(87.574)
Outras receitas financeiras	24	(1.196)	(175)	(1.912)	(52)
Correção monetária depósitos judiciais	24	–	–	(1.858)	(1.279)
Programa de pagamento baseado em ações	31	2.838	(3)	2.838	(3)
Lucro (prejuízo) ajustado		(9.380)	10.099	710.385	749.030
Redução (aumento) nos ativos:					
Contas a receber				44.203	(30.041)
Outras contas a receber	(405)	(15.667)		11.103	
Tributos a recuperar	1.731	4		814	
Estoques	(53)			(4.467)	1.013
Depósitos judiciais	25				347
Derivativos a receber	(478)			(478)	
Adiantamento a fornecedores	1.440	(772)		(6.906)	(4.511)
Dividendos recebidos	26.b	55.06			

... continuação

Echoenergia Participações S.A.

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Orientação Técnica OCP n° 10 A OCP 10 trata dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBO) a serem observados pelas entidades na origem e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) ou negociação, bem como o impacto sobre os passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou não formalizadas, conforme definido no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	N/A	18/10/2024	01/01/2025	Sem impactos relevantes.
Pronunciamento Técnico CPC n° 18 (R3) e Interpretação Técnica ICP n° 09 (R3). As alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICP 09 (R3), tiveram como objetivo o alinhamento das normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.	IAS 28	02/08/2024	01/01/2025	Sem impactos relevantes.

A partir de 01 de janeiro de 2026, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais estão descritos abaixo, assim como seus impactos para a Companhia e suas controladas:

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Pronunciamento Técnico CBPS n° 01: Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade Pronunciamento Técnico CBPS n° 02: Divulgação de Informações Climáticas	IFRS S1 e S2	12/09/2024	01/01/2026	Trata dos requisitos e diretrizes relacionados à sustentabilidade corporativa. Essas normas visam promover maior transparência e padronização na divulgação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG), bem como os impactos financeiros relacionados ao clima. A Companhia e suas controladas estão atualmente avaliando o impacto que as novas normas terão na prática atual.
CPC 51 (IFRS 18): Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	IFRS 18	09/04/2024	01/01/2027	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtópicos definidos, incluindo o lucro operacional. A Companhia e suas controladas não realizaram adoção antecipada da referida norma.
IFRS 9: Instrumentos financeiros e IFRS 7: Instrumentos financeiros divulgação	IFRS 9 e IFRS 7	30/05/2024	01/01/2026	O IASB emitiu emendas aos pronunciamentos IFRS 9 e IFRS 7 ampliando as exigências de divulgação para instrumentos financeiros vinculados a contratos de fornecimento de energia oriundos de fontes naturais variáveis (como vento e irradiação solar). As alterações reforçam a necessidade de evidenciar riscos associados à intermitência da geração, variações contratuais e impactos financeiros decorrentes de mecanismos de liquidação no mercado regulado e livre. A Companhia e suas controladas não anteciparam a adoção das alterações.

Com exceção do CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis (IFRS 18), cuja adoção deverá resultar em alterações relevantes na forma de apresentação da demonstração do resultado, uma vez que exige a segregação consistente de receitas e despesas entre atividades operacionais, de investimento e de financiamento, além de introduzir a obrigatoriedade de divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, acompanhadas de reconciliações ao subtotal IFRS mais comparável, descrição da metodologia de cálculo e justificativa de relevância, a Companhia não espera impactos significativos decorrentes da adoção das demais normas em suas demonstrações financeiras.

6. Caixa, equivalentes de caixa e fundos vinculados – a. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia e suas controladas na gestão das obrigações de curto prazo. A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia e suas controladas tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e a liquidez de curto e longo prazo, visando à continuidade dos seus negócios.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Bancos contas movimento	1.351	6.202	13.295	30.792
Aplicações financeiras (a)	7.287	33.606	510.038	341.389
Total de caixa e equivalentes de caixa	8.638	39.808	523.333	372.181

(a) As aplicações financeiras da Companhia e suas controladas estão concentradas em Certificados de Depósitos Bancários, Compromissadas de Terceiros e Fundos de Investimentos, com liquidez imediata e prontamente conversíveis em um montante de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança no valor, tendo como remuneração média 99,54% da taxa (DI) em 31 de dezembro de 2025 (99,17% em 31 de dezembro de 2024). Adicionalmente, os fundos de investimentos são aplicações em cotas (FIC), não tendo participação relevante e gestão no patrimônio líquido do fundo aplicado, ou seja, sem exceder 10% do patrimônio líquido. Logo, esses investimentos são classificados como equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa. **b. Fundos vinculados:** Os valores registrados como fundos vinculados representam contras-reserva destinadas à liquidação de dívidas, atendendo às exigências contratuais definidas nos contratos de financiamentos e debêntures firmados com as instituições financeiras credoras. A movimentação dessas contas obedece às características específicas de cada grupo de reserva. Para mais detalhes sobre os contratos de financiamento e a identificação das contrapartes credoras, consultar as notas explicativas 13 – Financiamentos e 14 – Debêntures. Os fundos vinculados são classificados no ativo, baseando-se na expectativa de utilização dos saldos para a liquidação das obrigações de dívida. Em 31 de dezembro de 2025, a remuneração média dos fundos vinculados foi de 100,31% da taxa (DI) (96,79% em 31 de dezembro de 2024).

	Consolidado	
	2025	2024
Reserva de pagamento debêntures (a)	18.521	17.343
Reserva da dívida debêntures (b)	51.902	58.900
Centralizadora (c)	104.654	41.796
Reserva O&M (d)	27.474	21.510
Reserva de dívida BNDES (e)	47.546	43.155
Reserva especial (f)	312.646	381.044
Reserva de dívida BNB (g)	72.276	71.513
Reserva de acumulada (ressarcimento) (h)	66.698	40
Reserva da dívida BB (i)	25.360	20.294
Reserva de ICSD (j)	22.194	20.312
Total	749.271	675.907
Circulante	18.521	17.397
Não circulante	730.750	658.510

A seguir demonstramos as características individuais de cada conta reserva, bem como sua natureza conforme contratos de financiamento. **(a) Reserva de pagamento de debêntures:** Conta reserva mantida nas controladas Vendas de São Clemente Holding S.A., São Jorge Holding S.A., Serras Holding S.A., Vila Piauí 1 e Vila Piauí 2, com objetivo de efetuar o pagamento da parcela da dívida. O montante representa o valor esperado de cada parcela semestral da escritura de debêntures, dos quais são classificados como ativo circulante. **(b) Reserva da dívida debêntures:** Conta reserva mantida com o objetivo de garantir o pagamento da dívida de debêntures em caso de insuficiência de caixa. O montante representa o valor esperado de pagamento da próxima parcela da escritura, devendo ser mantido até o final do contrato (adicional ao estabelecido no item a – Reserva de pagamento de Debêntures), tendo em vista a manutenção até o final do contrato, esse montante é classificado no ativo não circulante. **(c) Centralizadora:** As contas centralizadoras são contas correntes de titularidade das controladas, porém geridas pelo banco administrador, constituídas exclusivamente para movimentação dos saldos relacionados aos financiamentos e são destinadas ao recebimento total dos direitos cedidos nos contratos de financiamento. **(d) Reserva de O&M:** Conta reserva destinada ao pagamento de O&M em caso de insuficiência de caixa, deve conter 1/4 do valor anual do pagamento de O&M. **(e) Reserva de dívida BNDES:** Conta reserva destinada ao pagamento da dívida BNDES em caso de insuficiência de caixa, deve conter 3 vezes o valor da última parcela paga. **(f) Reserva especial:** Conforme definido pelo contrato de cessão fiduciária de direitos dos projetos de São Jorge, Ventos de São Clemente e Echo 1, os saldos de caixa remanescentes nas contas centralizadoras dos projetos após pagamento das obrigações devem ser transferidos para as contas de reservas especiais, podendo ser utilizado para pagamento de dividendos aprovados pelos credores. Em Clemente, no primeiro dia útil de cada mês, foi transferido da conta de Reserva especial para a conta Centralizadora da Companhia, 1/12 correspondente ao saldo total da conta de Reserva especial existente em primeiro de janeiro dos respectivos anos. O mesmo ocorrerá para os anos de 2029 e 2033. **(g) Reserva da dívida BNB:** Conta reserva destinada ao pagamento da dívida

	2023		2024	
	Adições Recebíveis	Transfêrências	Adições Recebíveis	Transfêrências
Excedente formado	9.323	– (14.686)	21.466	16.103
Excedente em formação	42.389	17.575	– (21.466)	38.498
Total do excedente	51.712	17.575 (14.686)	– 54.601	–
Circulante	15.349	–	13.029	–
Não circulante	36.363	–	41.572	–

(a) A conta de excedente em formação pode variar positiva ou negativamente, a depender da geração acumulada no período de formação. As principais usinas/complexos que apresentam formação de excedente em 2024 e 2025 incluem Echo 1, Tianguá e Echo 5. **b. Perda estimada em crédito de liquidação duvidosa (PECLD)** A Companhia, juntamente com suas controladas, realiza avaliação individualizada de seus recebíveis com o intuito de determinar a probabilidade de perdas esperadas em suas contas a receber. Este

processo envolve a análise de expectativas futuras relacionadas a eventuais dificuldades de liquidação. Ao término dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, tanto a Companhia quanto suas controladas não registraram valores referentes à Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD). Tal decisão fundamenta-se na baixa probabilidade de inadimplência dos valores a receber, atribuída às características específicas do mercado em que a Companhia opera.

8. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Investimentos – Avaliados pelo método de equivalência patrimonial	2.278.217	2.329.869	2.278.217	2.329.869
Direito de exploração de controladas líquidas dos efeitos fiscais – Nota explicativa 8.d	319.156	347.930	319.156	347.930
Total	2.597.373	2.677.799	2.597.373	2.677.799

a. Composição dos investimentos em controladas

Composição	2025		2024	
	Participações	Resultado líquido do exercício	Participações	Resultado líquido do exercício
Investidas	2025	2024	2025	2024
Echo Holding 1	100%	100%	857.304	92.652
Eólica Baixa Verde	100%	100%	65.823	16.745
Eólica Moxoto	100%	100%	54.102	13.756
Eólica Pedra do Reino	100%	100%	78.159	21.769
Eolicatec Sobradinho	100%	100%	31.847	8.220
Serras Holding	100%	100%	106.669	(217.272)
Vila Sergipe 1	100%	100%	62.283	1.342
Vila Rio Grande do Norte 1	100%	100%	36.028	(1.685)
Vila Rio Grande do Norte 2	100%	100%	43.489	(12.096)
Vila Sergipe 2	100%	100%	46.032	4.017
Vila Sergipe 3	100%	100%	24.223	620
Vila Piauí 1	100%	100%	43.802	1.709
Vila Piauí 2	100%	100%	45.296	43.039
Vila Piauí 3	100%	100%	53.862	4.775
Serra do Mel Holding	100%	100%	289.051	(90.383)
Eólica Cabeço Vermelho S.A	100%	100%	43.133	2.940
Eólica Cabeço Vermelho II .SA	100%	100%	28.597	2.066
Eólica Pedra Rajada S.A	100%	100%	49.549	6.574
Eólica Pedra Rajada II S.A	100%	100%	52.633	8.635
Eólica Pedra do Reino IV S.A	100%	100%	53.852	11.993
Eólica Boa Esperança I S.A	100%	100%	57.327	3.650
Echoenergia Suprimentos e Empreendimentos Ltda.	100%	100%	155.156	(8.780)
Total	2.278.217	(125.796)	2.278.217	2.329.869

b. Movimentação dos investimentos em controladas

Investidas	2024		Resultado de equivalência patrimonial		Dividendos a receber	
	Aumento de capital	Redução de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Distribuição de Dividendos	2025	2024
Echo Holding 1	776.035	16	–	–	–	857.304
Eólica Baixa Verde	55.007	6.585	–	–	–	65.823
Eólica Moxoto	43.743	1.200	–	–	–	54.102
Eólica Pedra do Reino	66.348	2.950	–	–	–	78.159
Eolicatec Sobradinho	40.541	1.050	(4.915)	–	–	31.845
Serras Holding	216.470	107.471	–	–	–	106.669
Vila Sergipe 1	61.258	–	–	–	(317)	62.283
Vila Rio Grande do Norte 1	37.713	–	–	–	–	36.028
Vila Rio Grande do Norte 2	55.385	–	–	–	–	43.489
Vila Sergipe 2	45.354	–	–	–	(3.339)	46.032
Vila Sergipe 3	25.782	–	–	–	(2.179)	24.223
Vila Piauí 1	42.500	–	–	–	(407)	43.802
Vila Piauí 2	43.039	–	–	–	(700)	45.296
Vila Piauí 3	52.999	–	–	–	(3.912)	53.862
Serra do Mel Holding	379.434	–	–	–	–	289.051
Eólica Cabeço Vermelho S.A	40.194	–	–	–	–	43.134
Eólica Cabeço Vermelho II .SA	27.023	–	–	–	–	28.597
Eólica Pedra Rajada S.A	45.483	–	–	–	(2.508)	49.549
Eólica Pedra Rajada II S.A	49.515	–	–	–	(5.517)	52.633
Eólica Pedra do Reino IV S.A	47.460	1.800	–	–	(7.401)	53.852
Eólica Boa Esperança I S.A	54.548	–	–	–	(871)	57.327
Echoenergia Suprimentos e Empreendimentos Ltda.	123.838	40.099	–	–	–	155.157
Total líquido investido	2.329.869	161.171 (4.930)	(125.796)	(82.097)	2.278.217	2.329.869

Investidas	2023		Resultado de equivalência patrimonial		Distribuição de Dividendos	
	Aumento de capital	Redução de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Distribuição de Dividendos	2024	2023
Echo Holding 1	697.187	9.085	–	–	–	776.035
Eólica Baixa Verde	41.841	3.515	–	–	(3.006)	55.007
Eólica Moxoto	35.077	1.000	–	–	(2.388)	43.743
Eólica Pedra do Reino	51.112	3.335	–	–	(3.707)	66.348
Eolicatec Sobradinho	31.843	2.360	–	–	(1.974)	40.541
Serras Holding	190.614	33.810	–	–	–	216.470
Vila Sergipe 1	62.671	–	–	–	(4.358)	61.258
Vila Rio Grande do Norte 1	37.763	–	–	–	(688)	37.713
Vila Rio Grande do Norte 2	54.416	1.200	–	–	(31)	55.585
Vila Sergipe 2	41.132	–	–	–	(1.315)	45.354
Vila Sergipe 3	25.224	–	–	–	(1.426)	25.782
Vila Piauí 1	42.369	–	–	–	(41)	42.500
Vila Piauí 2	40.777	–	–	–	(705)	43.039
Vila Piauí 3	47.590	200	–	–	(1.622)	52.999
Serra do Mel Holding	382.339	4.350	–	–	–	379.434
Eólica Cabeço Vermelho S.A	45.182	–	–	–	(4.988)	40.194
Eólica Cabeço Vermelho II .SA	25.466	–	–	–	(485)	27.023
Eólica Pedra Rajada S.A	43.273	–	–	–	(316)	45.483
Eólica Pedra Rajada II S.A	48.992	–	–	–	(5.937)	49.515
Eólica Boa Esperança I S.A	53.935	–	–	–	(16.344)	47.460
Echoenergia Suprimentos e Empreend.Ltda.	52.609	–	–	–	(604)	54.548
Total líquido investido	2.180.247	8.447 67.502	127.036	(44.916)	2.329.869	2.180.247

c. Demonstrações financeiras das controladas

Investidas	Capital Social		Ativo		Passivo		Patrimônio líquido		Receita líquida		Lucro/(Prejuízo)	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Echo Holding 1	820.756	868.684	820.756	868.684	11.380	857.304	857.304	–	–	–	92.652	–
Eólica Baixa Verde	36.078	136.403	36.078	136.403	70.580	65.823	65.823	28.290	16.745	28.290	16.745	–
Eólica Moxoto	29.553	108.841	29.553	108.841	54.739	54.102	54.102	23.694	13.756	23.694	13.756	–
Eólica Pedra do Reino	41.181	154.573	41.181	154.573	76.414	78.159	78.159	38.395	21.769	38.395	21.769	–
Eolicatec Sobradinho	17.054	68.431	17.054	68.431	36.584	31.847	31.847	17.538	8.219	17.538	8.219	–
Serras Holding	361.477	49.019	361.477	49.019	57.775	(87.566)	–	–	–	–	(332.697)	–
Vila Sergipe 1	58.304	204.998	58.304	204.998	142.715	62.283	62.283	36.781	1.342	36.781	1.342	–
Vila Rio Grande do Norte 1	37.337	116.208	37.337	116.208	82.863	33.345	33.345	21.780	(4.368)	21.780	(4.368)	–
Vila Rio Grande do Norte 2	53.018	144.050	53.018	144.050	130.653	13.597	13.					

... continuação

Echoenergia Participações S.A.

d. Direito de exploração de controladas líquidas dos efeitos fiscais: Durante o exercício de 2017, a Companhia efetuou a aquisição de participações societárias que resultaram na alocação de mais-valia nas combinações de negócios, relacionadas aos direitos de exploração de energia eólica. Esses direitos foram adquiridos mediante autorizações obtidas junto à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e serão amortizados de acordo com os prazos de vigência estabelecidos em cada autorização. Conforme preconizado pela Interpretação Técnica ICPC 09 – Demonstrações

Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial, os direitos de exploração dos contratos comerciais adquiridos na combinação de negócios são classificados no balanço patrimonial da controladora na rubrica de investimentos, enquanto no balanço patrimonial consolidado são alocados à rubrica de intangíveis. A seguir, apresentamos os contratos que deram origem à mais-valia dessa transação:

		2025		2024	
	Vida útil	Direitos de exploração (a)	IR e CS diferidos	Saldo líquido	Saldo líquido
Echo Holding 1 S. A.	05/2017 a 12/2038	288.042	(68.553)	219.489	219.489
Eólica Pedra do Reino S.A.	11/2017 a 06/2032	18.924	(4.504)	14.420	14.420
Eólica Baixa Verde S.A.	11/2017 a 06/2032	24.242	(5.769)	18.473	18.473
Eólica Moxotó S.A.	11/2017 a 08/2033	28.711	(6.833)	21.878	21.878
Eólica Sobradinho S.A.	11/2017 a 08/2033	13.583	(3.233)	10.350	10.350
Eólica Pedra do Reino IV S.A.	01/2019 a 12/2038	16.946	(4.033)	12.913	12.913
Eólica Boa Esperança I S.A.	01/2019 a 12/2038	28.391	(6.758)	21.633	21.633
Total Investidas diretas		418.839	(99.683)	319.156	319.156

(a) No consolidado, os montantes relacionados a mais-valia estão apresentados na rubrica de intangível juntamente com sua movimentação. Para mais detalhes ver nota explicativa 11.a.

9. Direito de uso e Arrendamentos – A Companhia e suas controladas avaliam, no início de cada contrato e quando há modificações, se o contrato é ou contém arrendamento conforme o CPC 06 (R2). Um contrato contém arrendamento quando transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificável por um período determinado, em troca de contraprestação. **Reconhecimento e mensuração (arrendatária)** A Companhia e suas controladas reconhecem, na data de início do arrendamento, (i) um ativo de direito de uso, representando o direito de utilizar o ativo arrendado, e (ii) um passivo de arrendamento, representando a obrigação de efetuar os pagamentos do arrendamento. • Passivo de arrendamento: mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento, descontados pela taxa incremental de financiamento aplicável ao prazo do contrato, quando a taxa implícita do arrendamento não é prontamente determinável. • Ativo de direito de uso: mensurado pelo valor inicial do passivo de arrendamento, ajustado por pagamentos antecipados, custos diretos iniciais (quando aplicável) e pela estimativa de custos de desmobilização/restauração do local quando houver obrigação presente reconhecida conforme o CPC 25. **Despesas reconhecidas:** • O ativo de direito de uso é depreciado/amortizado, em geral, linearmente ao longo do prazo do arrendamento (ou vida útil, quando aplicável). • O passivo de arrendamento é atualizado por juros, reconhecidos como despesa financeira pelo método da taxa efetiva, e reduzido pelos pagamentos efetuados. **Remensuração:** O passivo de arrendamento (e, quando aplicável, o ativo de direito de uso) é remensurado quando houver alterações relevantes nas premissas do contrato, tais como mudanças no prazo do arrendamento, reavaliação de opções ou alterações em pagamentos variáveis que dependam de índice ou taxa. **Pagamentos variáveis vinculados à performance dos parques:** As controladas indiretas São Clemente I a VIII e a Eólica Paraíso, possuem contratos de uso de terras cujas contraprestações são predominantemente variáveis, calculadas com base em percentual da receita do parque (ou outra métrica de performance), e não dependem de índice ou taxa. Nesses casos, tais pagamentos variáveis não são incluídos na mensuração do passivo de arrendamento conforme o CPC 06 (R2) e são reconhecidos como despesa no resultado quando ocorridos, de acordo com os termos contratuais. **Isenções:** Adicionalmente, a Companhia e suas controladas aplicam as isenções previstas no CPC 06 (R2) para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor, reconhecendo os pagamentos como despesa linearmente ao longo do prazo contratual. Os contratos mencionados acima permanecem sujeitos à avaliação de escopo do CPC 06 (R2), incluindo a identificação de ativo e a existência de controle do uso. Quando aplicável, os contratos são tratados como arrendamentos; entretanto, a natureza dos pagamentos (variáveis não baseadas em índice ou taxa) pode resultar na ausência de passivo de arrendamento significativo. Os saldos de ativos de direito de uso e passivos de arrendamento estão apresentados a seguir:

		2025		2024	
	2023	Adições	Amortização	2024	Amortização
Controladora	6.674	–	(1.669)	5.005	(2.273)
Sede	–	–	(558)	1.731	(100)
Equipamentos de informática	–	2.289	–	1.731	(100)
Total do ativo	6.674	2.289	(2.227)	6.736	(2.373)

		2025		2024	
	2023	Adições	Amortização	2024	Amortização
Consolidado	400.139	–	(13.205)	386.934	(13.805)
Parques eólicos e sede	–	–	(558)	1.731	(100)
Equipamentos de informática	–	2.289	–	1.731	(100)
Total do ativo	400.139	2.289	(13.763)	388.665	(13.905)

ii. Passivo de arrendamentos – Movimentação e composição

		2025		2024	
	2023	Adições (a)	Juros incorridos	2024	Juros incorridos
Controladora	8.013	–	(2.014)	6.25	(1.843)
Sede	–	–	(652)	159	1.796
Equipamentos de informática	–	2.289	–	1.731	(817)
Total	8.013	2.289	(2.666)	784	8.420

		2025		2024	
	2023	Adições (a)	Juros incorridos	2024	Juros incorridos
Consolidado	66.070	2.289	(8.239)	6.592	64.423
Parques eólicos e sede	–	–	(652)	159	1.796
Equipamentos de informática	–	2.289	–	1.731	(818)
Total	66.070	2.289	(8.891)	6.751	66.219

(a) Valor referente ao reconhecimento de novos contratos de arrendamento de equipamentos de informática. (a)

10. Imobilizado – Reconhecimento e mensuração: Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação, que inclui os custos de financiamentos capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas de redução ao valor recuperável. Incluem, ainda, quaisquer outros custos para colocar os ativos no local e em condição necessária para que este esteja em condições de operar da forma pretendida pela Administração e os custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis. No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e suas controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repositado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os custos e juros sobre financiamentos e custos de financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são capitalizados. Os custos de financiamentos são reconhecidos no resultado com base no método linear em relação às vidas úteis dos ativos fixos a que pertencem. **Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. O reconhecimento da depreciação no resultado baseia-se no método linear, considerando as vidas úteis estimadas de cada

parte do ativo imobilizado. Este método foi adotado por refletir mais adequadamente o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. No exercício de 2025, a Companhia e suas controladas não identificaram a necessidade de revisar a estimativa de vida útil dos ativos, pois não foram observadas alterações significativas em suas condições ou no ambiente operacional ao longo do exercício. A Administração avalia ainda, os prazos de autorização dos parques em face das taxas obtidas, aplicadas ao restante da vida útil dos ativos imobilizados, no intuito de assegurar que as vidas úteis remanescentes dos ativos não sejam superiores que os prazos de autorização dos parques eólicos.

Unidade de geração eólica – Pás 25 anos
Unidade de geração eólica – Gerador 30 anos
Unidade de geração eólica – Gearbox e mainshaft 20 anos
Unidade de geração eólica – Poste e torre 35 anos
Unidade de geração eólica – Transformador 40 anos
Construção e benfeitorias 50 anos
Máquinas e equipamentos (geral) 26 anos
Móveis e utensílios 10 anos

Os ganhos e as perdas na alienação e/ou baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos líquidos, dentro de despesas gerais e administrativas, na rubrica "Outros".

a. Composição do ativo imobilizado: Os valores dos ativos imobilizados do consolidado estão compostos da seguinte forma:

		2025		2024	
	Vida útil	Custo	Depreciação acumulada	Impairment	Valor líquido
Controladora		–	–	–	–
Imobilizado em andamento	–	4.642	–	–	4.642
Edificações, obras civis e benfeitorias	50 anos	9.345	(1.463)	–	7.882
Equipamentos e processamento de dados	5 anos	1.985	(1.368)	–	617
Total		15.972	(2.831)	–	13.141

		2025		2024	
	Vida útil	Custo	Depreciação acumulada	Impairment (nota 23)	Valor líquido
Consolidado		–	–	–	–
Imobilizado em andamento	–	16.626	–	–	16.626
Máquinas e equipamentos	26 anos	6.123.134	(1.700.188)	(253.418)	4.169.528
Edificações, obras civis e benfeitorias	50 anos	124.283	(21.822)	–	102.461
Móveis e utensílios	10 anos	1.827	(1.162)	–	665
Equipamentos e processamento de dados	5 anos	2.363	(1.621)	–	742
Total		6.268.233	(1.724.793)	(253.418)	4.290.022

a. Composição do saldo de financiamentos

		2025		2024	
	Taxa de Juros	Data da contratação	Valor contratado	Vencimento	Pagamento
Financiamentos					
Equatorial – Echoenergia Participações	CDI + 1%	04/10/2024	11.580	dez/24	Mensal
Safra 4131 USD 18MM – Echoenergia	CDI + 0,9%	23/09/2025	100.000	Set/27	Semestral
Total Controladora					
BNDES – Ventos de São Clemente I S.A.	2,55% a.a. + TJLP	15/12/2015	96.327	jun/33	Mensal
BNDES – Ventos de São Clemente II S.A.	2,55% a.a. + TJLP	15/12/2015	86.000	jun/33	Mensal
BNDES – Ventos de São Clemente III S.A.	2,55% a.a. + TJLP	15/12/2015	88.001	jun/33	Mensal
BNDES – Ventos de São Clemente IV S.A.	2,55% a.a. + TJLP	15/12/2015	89.001	jun/33	Mensal
BNDES – Ventos de São Clemente V S.A.	2,55% a.a. + TJLP	15/12/2015	96.001	jun/33	Mensal
BNDES – Ventos de São Clemente VI S.A.	2,55% a.a. + TJLP	15/12/2015	81.000	jun/33	Mensal
BNDES – Ventos de São Clemente VII S.A.	2,55% a.a. + TJLP	15/12/2015	64.000	jun/33	Mensal
BNDES – Ventos de São Clemente VIII S.A.	2,55% a.a. + TJLP	15/12/2015	58.000	jun/33	Mensal
BNDES – Vento Formoso Energias Renováveis S.A.	2,88% a.a. + TJLP	19/01/2017	106.168	mai/33	Mensal
BNDES – Ventos de Tianguá Norte Energias Renováveis S.A.	2,88% a.a. + TJLP	19/01/2017	113.247	mai/33	Mensal

b. Movimentações do ativo imobilizado

		2024		2023	
	2024	Adição	Transferência	2023	Adição
Controladora					
Imobilizado em andamento	8.400	986	(4.744)	–	–
Edificações, obras civis e benfeitorias	3.506	–	4.731	–	(355)
Equipamentos de processamento de dados	776	–	13	–	(172)
Total	12.682	986	–	–	(527)

		2024		2023	
	2024	Adição	Transferência	2023	Adição
Controladora					
Imobilizado em andamento	8.714	1.315	–	(1.629)	–
Edificações, obras civis e benfeitorias	3.752	–	–	–	(246)
Equipamentos de processamento de dados	1.014	–	–	–	(238)
Total	13.480	1.315	–	–	(1.629)

		2024		2023	
	2024	Adição	Transferência	2023	Adição
Consolidado					
Imobilizado em andamento	29.745	158.328	(168.828)	(2.619)	–
Máquinas e equipamentos	4.488.671	–	168.753	(29.385)	(205.093)
Edificações, obras civis e benfeitorias em propriedade de terceiros	106.533	–	62	–	(4.134)
Móveis e utensílios	731	–	–	–	(66)
Equipamentos de processamento de dados	1.093	–	13	–	(364)
Total	4.626.773	158.328	–	(32.004)	(209.657)

		2024		2023	
	2024	Adição	Transferência	2023	Adição
Consolidado					
Imobilizado em andamento	74.990	123.894	(128.300)	(40.839)	–
Máquinas e equipamentos	4.585.357	8.881	111.161	(13.118)	(203.610)
Edificações, obras civis e benfeitorias em propriedade de terceiros	93.062	–	17.139	–	(3.668)
Móveis e utensílios	882	–	–	–	(151)
Equipamentos de processamento de dados	1.354	–	–	–	(261)
Total	4.755.645	132.775	–	(53.957)	(207.690)

a. Redução ao valor recuperável de ativos do imobilizado (impairment), reconhecida em 2025 com base no teste de recuperabilidade (CPC 01), em função da expectativa de não recuperação de partes dos fluxos de caixa futuros associados a determinadas unidades geradoras de caixa/ativos. Os principais critérios, premissas e detalhes do teste de impairment estão descritos na Nota Explicativa 23.

11. Intangíveis – Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Os ativos intangíveis são representados pelos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, dentre eles, direito de exploração de concessões, desenvolvimento de projetos de geração de energia e softwares.

		2025		2024	
	2025	2024	2025	2024	
Direitos de exploração – Nota 8.d e 11.a	–	–	418.839	456.602	
Outros intangíveis 11.b	17.736	14.751	18.104	15.126	
Total do intangível	17.736	14.751	436.943	471.728	

a. Direito de exploração dos contratos comerciais de controladas: Conforme determinado na Interpretação Técnica ICPC 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial, os direitos de exploração dos contratos comerciais adquiridos em *business combination* são classificados no balanço patrimonial da controladora na rubrica de investimentos, enquanto no balanço patrimonial consolidado são classificados na rubrica de intangível. A vida útil dos direitos de exploração dos contratos comerciais é em média de 16 anos, e sua respectiva amortização é reconhecida na demonstração do resultado em Despesas Gerais e Administrativas, sendo que, na demonstração do resultado da Controladora, o valor é apresentado líquido dos efeitos dos tributos diferidos e na demonstração do Resultado no Consolidado pelo seu valor bruto. A Administração da Companhia e suas controladas não esperam que o valor alocado como direito de exploração dessas aquisições seja dedutível para fins fiscais e, portanto, constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos relacionados à diferença entre os valores alocados e as bases fiscais destes ativos. A natureza do saldo está apresentada na nota explicativa 8.d, abaixo demonstramos a movimentação do saldo de intangível:

		2025		2024	
	2025	2024	2025	2024	
Controladora					
Saldo em 2024	6.564	7.284	–	–	
Adições	8.129	–	(4.299)	–	
Amortização	58	–	–	–	
Baixas	–	–	–	–	
Saldo em 2025	14.751	7.284	(4.299)	–	

		2025		2024	
	2025	2024	2025	2024	
Consolidado					
Saldo em 2024	70	9.033	–	(2.539)	
Adições	8.593	5.186	(5.650)	–	
Amortização	57	1	–	–	
Baixas	–	–	–	–	
Saldo em 2025	8.720	14.220	(5.650)	(2.539)	

b. Outros intangíveis

		2025		2024	
	2025	2024	2025	2024	
Controladora					
Saldo em 2024	6.567	7.284	–	–	
Adições	8.206	–	(4.306)	–	
Amortização	2.828	–	–	(2.505)	
Baixas	–	–	–	(353)	
Saldo em 2025	15.126	7.284	(4.306)	(2.505)	

		2025		2024	
	2025	2024	2025	2024	
Consolidado					
Saldo em 2024	73	9.033	–	(2.539)	
Adições	8.670	5.186	(5.650)	–	
Amortização	2.857	1	–	–	
Baixas	–	–	–	–	
Saldo em 2025	11.600	14.220	(5.650)	(2.539)	

12. Fornecedores – Fornecedores representam obrigações a pagar decorrentes da aquisição de materiais e serviços no curso normal dos negócios. São reconhecidos inicialmente pelo preço da transação, normalmente equivalente ao valor da fatura (nota fiscal), e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Em função do curto prazo de liquidação, os saldos geralmente se aproximam do valor nominal. Os saldos de fornecedores incluem, quando aplicável, valores estimados relativos a bens e serviços já recebidos até a data-base e ainda não faturados (*accruals*). Esses valores são reconhecidos quando há evidência de recebimento do bem ou serviço e o montante pode ser estimado de forma confiável. Quando o prazo de liquidação for significativamente longo e o efeito do valor do dinheiro no tempo for relevante, os saldos são ajustados a valor presente, utilizando taxa de desconto que reflita as condições de mercado vigentes e os riscos específicos do passivo

		2025		2024	
	2025	2024	2025	2024	
Controladora					
Materiais e serviços (a)	6.361	7.493	83.395	15.997	
Provisão para despesas (b)	1.188	1.662	50.440	37.723	
Seguros	–	21	–	22	
Outros	3	–	77	77	
Total	7.552	9.176	138.512	53.819	

(a) Referem-se à contratação de serviços e suprimentos empregados nas atividades operacionais e administrativas. (b) Referem-se, principalmente ao montante devido aos prestadores de serviços de manutenção nos aer

Echoenergia Participações S.A.										Consolidado			
Financiamentos	Taxa de Juros	Data da contratação	Valor contratado	Vencimento	Pagamento	Obrigações Contratuais (Covenants)	Garantias	2025		2024			
								Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante		
BNDES – Tianguá Energias Renováveis S.A.	2,88% a.a. + TJLP	19/01/2017	106.169	mai/33	Mensal	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior (cluster consolidado)	CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos	7.866	49.059	7.679	55.257		
BNDES – Ventos do Morro do Chapéu Energias Renováveis S.A.	2,88% a.a. + TJLP	19/01/2017	108.894	mai/33	Mensal	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior (cluster consolidado)	CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos	8.103	50.547	7.911	56.935		
BNDES – Ventos do Parazinho Energias Renováveis S.A.	2,88% a.a. + TJLP	19/01/2017	113.247	mai/33	Mensal	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior (cluster consolidado)	CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos	8.287	51.665	8.088	58.174		
BNB – Vila Sergipe 1 Empreendimentos e Participações S.A.	2,67% a.a. + IPCA	30/11/2018	140.474	dez/38	Mensal	Amortização de principal/Lucro Líquido + D&A +/- itens não recorrentes) entre 30% e 70%	Fiança Bancária, CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos, Aval Echoenergia Participações	6.266	109.478	6.271	115.501		
BNB – Vila Rio Grande do Norte 1 Empreendimentos e Participações S.A.	2,57% a.a. + IPCA	10/12/2018	88.341	dez/38	Mensal	Amortização de principal/Lucro Líquido + D&A +/- itens não recorrentes) entre 30% e 70%	Fiança Bancária, CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos, Aval Echoenergia Participações	4.874	60.011	4.827	64.752		
BNB – Vila Rio Grande do Norte 2 Empreendimentos e Participações S.A.	2,57% a.a. + IPCA	12/12/2018	134.417	dez/38	Mensal	Amortização de principal/Lucro Líquido + D&A +/- itens não recorrentes) entre 30% e 70%	Fiança Bancária, CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos, Aval Echoenergia Participações	6.696	97.364	6.665	103.846		
BB – Vila Piauí 1 Empreendimentos e Participações S.A.	1,04% a.a. + IPCA	24/09/2019	85.229	ago/39	Semestral	ICSD > 1,20 com caixa acumulado do exercício anterior	CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos, Aval Echoenergia Participações e ESA FIP Ipiranga	6.069	66.178	6.658	71.267		
BB – Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.	1,04% a.a. + IPCA	24/09/2019	85.229	ago/39	Semestral	ICSD > 1,20 com caixa acumulado do exercício anterior	CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos, Aval Echoenergia Participações e ESA FIP Ipiranga	5.741	65.156	6.302	70.167		
BB – Vila Alagoas II Empreendimentos e Participações S.A.	0,96% a.a. + IPCA	29/12/2020	55.787	jul/40	Semestral	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior	CCFDC, AF de Ações e Equipamentos Aval Echoenergia Participações	4.515	50.190	5.032	53.794		
BB – Vila Espírito Santo I Empreendimentos e Participações S.A.	0,96% a.a. + IPCA	29/12/2020	103.460	jul/40	Semestral	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior	CCFDC, AF de Ações e Equipamentos Aval Echoenergia Participações	8.454	94.567	9.474	101.306		
BB – Vila Espírito Santo II Empreendimentos e Participações S.A.	0,96% a.a. + IPCA	29/12/2020	90.858	jul/40	Semestral	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior	CCFDC, AF de Ações e Equipamentos Aval Echoenergia Participações	7.306	81.570	8.173	87.392		
BNB – Vila Espírito Santo V Empreendimentos e Participações S.A.	1,55% a.a. + IPCA	30/06/2020	77.819	jul/40	Mensal	Não possui	Fiança Bancária	18.585	64.661	4.321	83.100		
BNDES – Eólica Baixa Verde S.A.	2,02% a.a. + TJLP	19/03/2013	18.806	out/29	Mensal	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior	CCFDC, Penhor de Equipamentos, Penhor de Direitos Emergentes e Penhor de Ações	1.309	3.661	1.280	4.830		
BNB – Eólica Baixa Verde S.A.	2,5% a.a.	27/05/2013	49.690	mai/32	Semestral	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior	CCFDC, Penhor de Equipamentos, Penhor de Direitos Emergentes e Penhor de Ações	2.953	22.009	2.806	24.904		
BNDES – Eólica Moxotó S.A.	2,02% a.a. + TJLP	19/03/2013	6.718	out/29	Mensal	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior	CCFDC, Penhor de Equipamentos, Penhor de Direitos Emergentes e Penhor de Ações	467	1.306	456	1.723		
BNB – Eólica Moxotó S.A.	2,5% a.a.	27/05/2013	46.702	mai/33	Semestral	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior	CCFDC, Penhor de Equipamentos, Penhor de Direitos Emergentes, Penhor de Direitos Creditórios e Penhor de Ações	2.232	19.488	2.151	21.670		
BNDES – Eólica Pedra do Reino S.A.	2,02% a.a. + TJLP	12/04/2013	38.716	out/29	Mensal	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior	CCFDC, Penhor de Equipamentos, Penhor de Direitos Emergentes e Penhor de Ações	2.697	7.543	2.636	9.951		
BNB – Eólica Pedra do Reino S.A.	2,5% a.a.	27/05/2013	53.959	mai/32	Semestral	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior	CCFDC, Penhor de Equipamentos, Penhor de Direitos Emergentes e Penhor de Ações	3.408	27.446	3.247	30.640		
BNDES – Sobradinho S.A.	2,18% a.a. + TJLP	12/04/2013	15.358	out/29	Mensal	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior	CCFDC, Penhor de Equipamentos, Penhor de Direitos Emergentes e Penhor de Ações	824	2.303	805	3.038		
BNB – Sobradinho S.A.	2,5% a.a.	27/05/2013	29.040	mai/33	Semestral	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior	CCFDC, Penhor de Equipamentos, Penhor de Direitos Emergentes e Penhor de Ações	1.519	14.354	1.515	15.912		
BNDES – Serra de Santana S.A.	2,65% a.a. + TJLP	16/12/2015	64.181	out/32	Mensal	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior	CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos	4.807	36.449	4.341	40.093		
BNDES – Lagoa Nova S.A.	2,65% a.a. + TJLP	16/12/2015	100.900	out/32	Mensal	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior	CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos	7.546	57.263	6.812	62.981		
BNDES – Serido S.A.	2,65% a.a. + TJLP	16/12/2015	100.174	out/32	Mensal	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior	CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos	7.500	56.850	6.772	62.534		
BNDES – Paraiso S.A.	2,65% a.a. + TJLP	16/12/2015	53.670	out/32	Mensal	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior	CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos	3.898	20.934	3.808	24.125		
BNDES – Eólica Lanchinha S.A.	2,65% a.a. + TJLP	16/12/2015	77.075	out/32	Mensal	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior	CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos	5.590	30.024	5.462	34.601		
BNB – Vila Sergipe 2 Empreendimentos e Participações S.A.	2,57% a.a. + IPCA	10/12/2018	116.897	dez/35	Mensal	Amortização de principal/Lucro Líquido + D&A +/- itens não recorrentes) entre 30% e 70%	Fiança Bancária, CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos, Aval Echoenergia Participações	7.050	80.228	7.019	87.098		
BNB – Vila Sergipe 3 Empreendimentos e Participações S.A.	2,57% a.a. + IPCA	12/12/2018	52.193	dez/35	Mensal	Amortização de principal/Lucro Líquido + D&A +/- itens não recorrentes) entre 30% e 70%	Fiança Bancária, CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos, Aval Echoenergia Participações	3.216	36.544	3.516	39.678		
BNB – Vila Piauí 3 Empreendimentos e Participações S.A.	2,57% a.a. + IPCA	06/12/2018	134.339	dez/35	Mensal	Amortização de principal/Lucro Líquido + D&A +/- itens não recorrentes) entre 30% e 70%	Fiança Bancária, CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos, Aval Echoenergia Participações	7.663	92.714	7.612	100.189		
BNB – Eólica Cabeço Vermelho I S.A.	2,18% a.a. + IPCA	26/03/2018	112.716	abr/37	Mensal	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior	Fiança Bancária, CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos, Aval Echoenergia Participações	4.987	77.245	4.836	82.306		
BNB – Eólica Cabeço Vermelho II S.A.	2,11% a.a. + IPCA	03/04/2018	72.438	abr/37	Mensal	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior	Fiança Bancária, CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos, Aval Echoenergia Participações	3.210	48.044	3.182	51.316		
BNB – Eólica Pedra Rajada S.A.	2,11% a.a. + IPCA	11/04/2018	108.079	nov/37	Mensal	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior	Fiança Bancária, CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos, Aval Echoenergia Participações	2.782	66.854	3.957	70.100		
BNB – Eólica Pedra Rajada II S.A.	2,11% a.a. + IPCA	18/04/2018	92.245	nov/37	Mensal	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior	Fiança Bancária, CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos, Aval Echoenergia Participações	3.462	56.062	3.507	59.706		
BNB – Eólica Pedra do Reino IV S.A.	2,18% a.a. + IPCA	16/03/2018	77.635	mar/38	Mensal	ICSD > 1,30 sem caixa até 2021	Fiança Bancária, CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos, Aval Echoenergia Participações	5.170	53.144	4.864	57.413		
BNB – Eólica Boa Esperança S.A.	2,18% a.a. + IPCA	09/03/2018	101.401	mar/38	Mensal	ICSD > 1,30 sem caixa até 2021	Fiança Bancária, CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos, Aval Echoenergia Participações	4.414	79.143	4.246	83.397		
								226.768	2.196.759	210.489	2.285.601		

b. Movimentação dos financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial	200.000	111.581	200.000	111.581
Captação de empréstimos e financiamentos	10.582	7.243	203.287	202.535
Juros incorporados à dívida	81	(81)	3.221	3.058
Juros pagos	(5.815)	(521)	(178.545)	(184.832)
Amortização do principal	(100.000)	(118.019)	(300.526)	(309.916)
Saldo final	105.051	203.243.527	2.496.090	2.496.090
Circulante	-	203	226.768	210.489
Não circulante	105.051	-	2.196.759	2.285.601

c. Obrigações contratuais – Covenants: A Companhia e suas controladas mantêm contratos de financiamentos que incluem cláusulas restritivas, conhecidas como covenants, que estabelecem a necessidade de cumprimento de determinados índices financeiros

a. Composição das debêntures

Companhia	Agente Fiduciário	Qtd. de títulos	VU nominal	Taxa de juros	Vencimento	Covenants	Forma de pagamento	Garantias	Controladora		Consolidado	
									Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Echoenergia Participações S.A.	SIMPLIFIC PAVARINI DTVM LTDA	180.000	1.000	IPCA + 6,90% a.a.	jun/30	ICSD > 1,20 sem caixa, Dívida Líquida/EBITDA, sendo 2022 < 5,75 x, 2023 < 5,25x, 2024 < 4,50x, 2025 < 4,25x	Anual	Não possui	32.897	165.698	30.787	189.014
Echoenergia Participações S.A.	Vortex Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	140.000	1.000	IPCA + 5,75% a.a.	jan/31	ICSD > 1,20 sem caixa, Dívida Líquida/EBITDA, sendo 2022 < 5,75 x, 2023 < 5,25x, 2024 < 4,50x, 2025 < 4,25x	Anual	Não possui	26.788	98.992	26.949	120.103
Ventos de São Clemente Holding S.A.	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	180.000	1.000	IPCA + 8,00% a.a.	out/30	ICSD > 1,20 sem caixa (cluster consolidado)	Semestral	CCFDC, AF de Ações e Equipamentos, Aval da Echoenergia Participações	25.912	144.758	24.050	160.843
Ventos de São Clemente Holding S.A.	SIMPLIFIC PAVARINI DTVM LTDA	20.000	1.000	IPCA + 7,05% a.a.	dez/29	ICSD > 1,20 sem caixa (cluster consolidado)	Semestral	Não possui	3.647	11.347	2.871	14.284
Serras Holding S.A.	Oliveira Trust	40.000	1.000	IPCA + 7,64% a.a.	jul/32	ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior (cluster consolidado)	Semestral	CCFDC, AF de Ações e Equipamentos	9.065	32.682	445	124.363
São Jorge Holding S.A.	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	45.000	1.000	IPCA + 9,00% a.a.	jul/28	ICSD > 1,20 sem caixa para Completion e ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior para manutenção	Semestral	CCFDC, AF de Ações e Equipamentos	14.156	41.278	10.043	49.925
Vila Piauí 1 Empreendimentos e Participações S.A.	Vortex Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	43.000	1.000	IPCA + 5,95% a.a.	jun/35	ICSD > 1,20 sem caixa para Completion e ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior para manutenção	Semestral	Fiança Bancária, CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos,	2.568	30.796	2.814	31.809
Vila Piauí 2 Empreendimentos e Participações S.A.	Vortex Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	44.000	1.000	IPCA + 5,95% a.a.	jun/35	ICSD > 1,20 sem caixa para Completion e ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior para manutenção	Semestral	Fiança Bancária, CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos,	2.753	32.197	3.403	32.806
Serra do Mel Holding S.A.	Vortex Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	142.000	1.000	IPCA + 5,29% a.a.	dez/35	ICSD > 1,20 sem caixa para Completion e ICSD > 1,30 com caixa acumulado do exercício anterior para manutenção	Semestral	Fiança Bancária, CCFDC, Penhor de Ações e Equipamentos,	214	130.289	8.830	38.844
								Consolidado	118.000	688.037	110.192	761.991

b. Movimentação das debêntures: As movimentações das debêntures são apresentadas conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo inicial	366.853	376.299	872.183	896.996
Custo de captação incorrido	1.400	1.637	1.924	2.158
Juros incorporados à dívida	37.696	41.960	93.725	102.749
Juros pagos	(21.869)	(29.856)	(56.889)	(74.076)
Amortização do principal	(59.705)	(23.187)	(104.906)	(55.644)
Saldo final	324.375	366.853	806.037	872.183
Circulante	59.685	57.736	118.000	110.192
Não circulante	264.690	309.117	688.037	761.991

c. Obrigações contratuais – Covenants: Determinadas emissões de debêntures do Grupo incluem obrigações não financeiras e indicadores financeiros (covenants), cujo atendimento é monitorado pela Administração nas datas de verificação previstas nos respectivos instrumentos. Em 2025, foram realizadas as comunicações e deliberações cabíveis junto aos debenturistas e, quando aplicável, foram obtidas anuências/renúncias temporárias (waivers) formalizadas por atas. **(i) Obrigações não financeiras – Renovação de Licença de Operação (LO)** No âmbito das debêntures de Ventos de São Clemente, foram aprovadas prorrogações de prazo relacionadas à renovação da Licença de Operação (LO), por meio de atas de assembleia de debenturistas, nas seguintes datas: 24 e 25 de março de 2025, 20 de junho de 2025, 02 de setembro de 2025 e 14 de novembro de 2025. **(ii) Covenant financeiro – Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)** Em 26 de dezembro de 2025, no âmbito das debêntures Ventos de São Clemente e Serras Holding, foi aprovada renúncia temporária (waiver) quanto à exigência de cumprimento do ICSD, conforme condições estabelecidas na respectiva ata. **(iii) Covenant financeiro – Dívida Líquida/EBITDA:**

Esses covenants servem como métricas de controle sobre a saúde financeira da Companhia e de suas controladas, sendo um requisito para a captação de recursos. A inobservância desses covenants pode levar ao desembolso imediato ou ao vencimento antecipado das obrigações. Os detalhes específicos de cada covenant aplicável estão listados na nota explicativa 13.a. A avaliação dos covenants ocorre anualmente ao final dos exercícios, em dezembro, sob monitoramento da Administração da Companhia. No exercício de 2025, as controladas diretas Serras Holding S.A. e Ventos São Clemente S.A., bem como suas controladas, não atingiram o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) previsto em contratos de financiamento. Em dezembro de 2025, foram obtidas cartas de anuência do BNDES autorizando a suspensão temporária da exigência do ICSD, nos termos e condições definidos pelo credor. Para as demais Companhias, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, todas as exigências qualitativas e quantitativas foram satisfatoriamente atendidas. **d. Cronograma de vencimentos do principal:** O quadro a seguir apresenta o cronograma

de vencimentos do principal dos empréstimos e financiamentos no consolidado. O valor contábil dos passivos considera os custos de captação diretamente atribuíveis, apropriados ao resultado pelo método da taxa efetiva de juros:

Ano de liquidação Circulante (2026)	Consolidado
2027	226.768
2028	313.630
2029	213.634
2030	224.591
2031 a 2040	241.590
Subtotal – principal (não circulante)	2.220.836
(-) Custos de captação não amortizados (não circulante)	(24.077)
Subtotal – (não circulante)	2.196.759
Total (valor contábil)	2.423.527

15. Tributos sobre o lucro – Os tributos sobre o lucro compreendem o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), correntes e diferidos. Esses tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes; nessas situações, os respectivos efeitos tributários são reconhecidos no mesmo componente em que o item que lhes deu origem foi registrado. O encargo corrente é calculado com base na legislação tributária vigente aplicável a cada sociedade do Grupo, considerando, quando aplicável, os regimes de lucro real e lucro presumido. A Administração avalia periodicamente as posições adotadas nas apurações e declarações fiscais em situações em que a regulamentação aplicável comporte interpretações, reconhecendo provisões/ajustes quando necessário, com base na melhor estimativa dos valores a serem pagos às autoridades fiscais, quando aplicável. Os tributos diferidos (ativos e passivos) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis, bem como sobre prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL, quando for provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir sua realização. Os ativos fiscais diferidos são avaliados periodicamente e são reduzidos na medida em que deixe de ser provável a existência de lucros tributáveis suficientes para permitir sua recuperação. Os tributos diferidos são mensurados com base nas alíquotas vigentes na data-base (ou substancialmente promulgadas), que se espera aplicar quando as diferenças temporárias forem revertidas ou quando os ativos e passivos forem realizados ou liquidados. Os tributos diferidos ativos e passivos são compensados e apresentados pelo montante líquido no balanço patrimonial quando relacionados à mesma entidade legal e à mesma autoridade fiscal,

e. Garantias: As garantias dos financiamentos são as usuais para estrutura de financiamento de projetos. Os contratos de financiamento têm como garantias fiança bancária, cessão fiduciária de direitos de crédito decorrentes de qualquer contrato de venda de energia, penhor das ações e penhor dos equipamentos, incluindo contas reservas, cessão dos direitos creditórios e emergentes da autorização, alienação das máquinas e equipamentos. Detalhes ver o quadro presente na nota explicativa 13.a.

14. Debêntures – As debêntures da Companhia e suas controladas têm por característica a não conversibilidade em ações, ou seja, são títulos que não dão direito à conversão em ações da companhia emissora. As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo custo amortizado.

quando exista direito legalmente exercível

... continuação

Resultado antes do IRPJ e CSLL - Empresas Real

Table with columns for 2025 and 2024, showing IRPJ and CSLL amounts for Empresas Real.

Ajustes para apuração de IRPJ e CSLL efetivos

Table with columns for 2025 and 2024, showing adjustments for IRPJ and CSLL.

IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes

Table with columns for 2025 and 2024, showing IRPJ and CSLL on permanent additions and exclusions.

IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões temporárias

Table with columns for 2025 and 2024, showing IRPJ and CSLL on temporary additions and exclusions.

Lucro Real/Prejuízo Fiscal

Table with columns for 2025 and 2024, showing Real Profit or Tax Loss.

Imposto de renda e contribuição social

Table with columns for 2025 and 2024, showing income tax and social contribution.

Receita bruta sobre venda de energia elétrica

Table with columns for 2025 and 2024, showing gross revenue from electricity sales.

Exclusão da base de cálculo (ICMS ST)

Table with columns for 2025 and 2024, showing exclusions from the tax base (ICMS ST).

Receitas operacionais

Table with columns for 2025 and 2024, showing operating revenues.

Base de presunção

Table with columns for 2025 and 2024, showing the presumption base.

Outras receitas e receitas financeiras

Table with columns for 2025 and 2024, showing other and financial revenues.

Base de cálculo

Table with columns for 2025 and 2024, showing the tax base.

Alíquota nominal (15%)

Table with columns for 2025 and 2024, showing nominal rates.

Alíquota nominal (9%)

Table with columns for 2025 and 2024, showing nominal rates.

Base adicional IRPJ

Table with columns for 2025 and 2024, showing additional IRPJ base.

Adicional (10%)

Table with columns for 2025 and 2024, showing additional 10%.

Corrente

Table with columns for 2025 and 2024, showing current amounts.

Total - Tributos sobre o lucro corrente

Table with columns for 2025 and 2024, showing total taxes on current profit.

c. Tributos sobre o lucro diferido

Table with columns for 2025 and 2024, showing taxes on deferred profit.

Saldo em 01 de janeiro

Table with columns for 2025 and 2024, showing balance as of Jan 1.

Amortização de mais-valia combinação de negócios

Table with columns for 2025 and 2024, showing goodwill amortization.

Ativo fiscal diferido - prejuízo fiscal acumulado

Table with columns for 2025 and 2024, showing deferred tax asset.

Total da movimentação

Table with columns for 2025 and 2024, showing total movement.

Saldo em 31 de dezembro

Table with columns for 2025 and 2024, showing balance as of Dec 31.

a) Adições: Reconhecimento para provisão de ressarcimento

de montante de R\$ 117.803 (R\$ 97.337 em 31 de dezembro de 2024) referente à exposição no período. Ainda no ano de 2025, após aprovação pela ANEEL do caderno de comercialização, que trata o método de cálculo de constrained-off, foi reconhecido o montante de R\$ 13.036, referente a restrições involuntárias ocorridas nos anos de 2021 a 2024. b) Pagamentos: Pagamento dos saldos de ressarcimento formado (anual e quadrienal), referente aos anos de 2019 e 2020, os valores estavam em aberto devido ao despacho 2023/2019 da Aneel, que suspendeu o pagamento dos ressarcimentos anuais e quadriennais a partir de agosto de 2019, aguardando a divulgação dos critérios para o reconhecimento do constrained-off. c) Compensações: Compensação dos saldos de ressarcimento e constrained-off, conforme calendário da OCEE. d) Transferências: Migração de em formação para formado. e) Atualização monetária: Atualização monetária pelo IPCA dos ressarcimentos quadriennais das controladas, no montante de R\$ 7.871 (R\$ 5.126 em 31 de dezembro de 2024).

Cronograma estimado de pagamentos: Os fluxos de pagamentos dos ressarcimentos estão apresentados no quadro a seguir:

Table showing estimated payment schedule for 2025.

17. Provisão para desmobilização - As provisões para desmobilização são reconhecidas pelas controladas que, ao final do prazo contratual de arrendamento (entre os anos de 2047 e 2066), têm a obrigação de restituir as terras nas condições anteriores à implementação dos parques eólicos. Estas provisões são mensuradas com base na estimativa dos custos relacionados à desmontagem dos aerogeradores, locação de guias, transporte dos itens a serem descartados, mão de obra para a desmontagem e a destinação final dos itens descartados, sendo reconhecidas a valor presente. O valor presente da obrigação com desmobilização é calculado com base no custo unitário para desmobilização de cada aerogerador, multiplicado pelo número de aerogeradores presentes no parque eólico projetando o valor estimado ao final do prazo contratual dos arrendamentos com base no IPCA e ajustando o respectivo valor a uma taxa de desconto nominal de 9,12% a.a. A Companhia reconhece no resultado o ajuste a valor presente em relação ao fluxo de caixa futuro como custo de financiamento. Em conformidade com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o

saldo de ativos fiscais diferidos não reconhecidos referem-se, principalmente, a prejuízos fiscais/bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis para as quais a Administração concluiu não ser provável sua realização, com base em projeções e evidências disponíveis na data-base.

Base fiscal

Table with columns for 2025 and 2024, showing tax base details.

Efeito tributos diferidos

Table with columns for 2025 and 2024, showing deferred tax effects.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Table with columns for 2025 and 2024, showing deferred income tax and social contribution.

16. Provisão para ressarcimento (ACR) - Política contábil: Provisão para ressarcimento (ACR) - leilões por disponibilidade e relação com excedente de geração: A provisão para ressarcimento decorre de parques eólicos que operam no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), contratados por meio de leilões na modalidade de disponibilidade. Nessa modalidade, a receita do contrato prevê mecanismos de ajuste associados às exposições positivas ou negativas de geração, com aplicação de bônus ou penalidades conforme faixas de desvio em relação às condições contratuais e parâmetros regulatórios aplicáveis. Mensalmente, a CCEE realiza a contabilização e o balanço energético das usinas, confrontando a geração verificada com os parâmetros contratuais (incluindo a Garantia Física declarada). Quando identificado desvio negativo (exposição negativa), a Companhia reconhece a provisão para ressarcimento; quando identificado desvio positivo, a Companhia reconhece contas a receber - excedente de geração (Nota Explicativa 7). Ambos os registros têm como contrapartida a receita de venda de energia elétrica, por representarem componentes do mecanismo contratual/regulatório de ajuste de receita no ACR.

Exposição ACR

Table with columns for 2025 and 2024, showing ACR exposure.

Provisão para ressarcimento

Table with columns for 2025 and 2024, showing ACR provision.

Exposição líquida (informativa)

Table with columns for 2025 and 2024, showing net ACR exposure.

Ciclo de apuração e liquidação (anual e quadrienal; "formado" e "em formação")

O ressarcimento pode ser anual ou quadrienal, conforme a faixa de exposição negativa em que cada usina se encontra. Os saldos "em formação" representam a melhor estimativa acumulada ao longo do ciclo vigente. Ao final de cada ciclo, os valores são reclassificados para "ressarcimento formado".

Ressarcimento anual: ciclo de apuração de 12 meses; a liquidação ocorre, tipicamente, no ciclo subsequente.

Ressarcimento quadrienal: ciclo de apuração de 4 anos; ao final do ciclo, os valores migram para "formado" e a liquidação ocorre, tipicamente, ao longo dos 24 meses subsequentes. A liquidação (tanto de ressarcimento quanto de excedente) ocorre no âmbito da CCEE, mediante compensações entre agentes e, quando aplicável, por liquidação financeira em conta específica da CCEE. Para fins de apresentação, os saldos são demonstrados de forma bruta no balanço (contas a receber x provisão), por se tratar de direitos e obrigações de natureza distinta, ainda que a liquidação operacional ocorra por compensação no âmbito da CCEE. Atualização monetária e julgamento sobre desconto a valor presente: Os ressarcimentos quadriennais são atualizados monetariamente conforme as regras contratuais (IPCA), ao longo do período de formação e até sua liquidação. Considerando o horizonte de liquidação esperado (predominantemente em até 24 meses após o encerramento do ciclo) e a avaliação de materialidade, a Administração entende que o efeito de eventual desconto a valor presente não é material para esses saldos. Constrained-off (redução do ressarcimento) O constrained-off representa restrição involuntária de geração por despacho do ONS, em decorrência, por exemplo, de limitações de escoamento no Sistema Interligado Nacional (SIN), redução de carga ou confiabilidade do sistema. A ANEEL, por meio da Resolução Normativa nº 1.030/2022, estabeleceu critérios e metodologias de apuração e classificação do constrained-off passível de ressarcimento/pagamento. Os valores apurados sob tais critérios são considerados abatimentos do montante de ressarcimento a pagar, sendo apresentados como reductor ("") Constrained-off) nesta nota explicativa. Composição e movimentação: A movimentação da provisão para ressarcimento reflete, principalmente: (i) o reconhecimento mensal das exposições do período, (ii) reclassificações entre "em formação" e "formado" por encerramento de ciclos, (iii) liquidações/compensações no ambiente da CCEE e (iv) atualização monetária dos saldos quadriennais.

ICPC 12 - Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares, a Companhia revisou suas estimativas referentes ao valor futuro necessário para o cumprimento dessas obrigações. Após a atualização das premissas de mercado, com base em estimativas de custos elaboradas por consultorias especializadas, não foi identificada a necessidade de reconhecimento de novos valores. Em 31 de dezembro de 2025, o montante estimado para o custo de desmobilização de ativos, atualizado a valor presente, foi de R\$ 395.950 (R\$ 382.560 em 31 de dezembro de 2024).

Saldo inicial

Table with columns for 2025 and 2024, showing initial balance.

Ajuste a valor presente

Table with columns for 2025 and 2024, showing present value adjustment.

Saldo final

Table with columns for 2025 and 2024, showing final balance.

18. Adiantamento de clientes - Os adiantamentos de clientes constituem obrigações advindas de contratos firmados com contrapartes, onde as controladas recebem recursos financeiros, com a obrigação de entregar energia durante os exercícios de 2022 a 2031. No reconhecimento inicial os adiantamentos são mensurados com base no valor justo, o qual é equivalente ao valor da contraprestação recebida do cliente em adiantamento. Os respectivos adiantamentos serão liquidados mediante a entrega de energia contratada durante o período de contrato.

Recebimento antecipado (a)

Table with columns for 2025 and 2024, showing advance payment.

Outros adiantamentos (b)

Table with columns for 2025 and 2024, showing other advance payments.

Total

Table with columns for 2025 and 2024, showing total advance payments.

Circulante

Table with columns for 2025 and 2024, showing circulating amounts.

Não circulante

Table with columns for 2025 and 2024, showing non-circulating amounts.

(a) Contrato firmado de venda antecipada de energia incentivada no Ambiente de Contratação Livre - (ACL), com os respectivos recursos financeiros recebidos em dezembro de 2019, pelas controladas Vía Espírito Santo IV, onde as controladas têm a obrigação de fornecer energia elétrica a contraparte que transferiu os recursos financeiros de janeiro de 2022 até dezembro de 2031. No decorrer de 2025, o saldo foi sendo compensado financeiramente com as faturas da transação do ACL. (b) Recebimento antecipado ocorrido nas controladas que atuam no ambiente de contratação regulada LER, compensado em janeiro de 2025.

19. Patrimônio líquido - a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia, subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 2.947.295 (R\$ 2.896.145 em 31 de dezembro de 2024) e está representado por 5.936.003 ações

ordinárias (5.801.118 em 31 de dezembro de 2024), todas nominativas e sem valor nominal, pertencentes ao acionista controlador Equatorial S.A. Em 2025, com a alienação dos ativos de transmissão pela Equatorial S.A., foi implementada reorganização societária para segregação da Echoenergia Participações S.A., de forma que a Equatorial S.A. passou a deter participação direta na Companhia. A tabela abaixo demonstra a movimentação do valor do capital social da Companhia entre os períodos comparativos:

Subscrição de capital social

Table with columns for 2025 and 2024, showing capital subscription.

Em milhares de reais

Saldo no início do exercício - capital subscrito

Table with columns for 2025 and 2024, showing beginning balance - subscribed capital.

Subscrição de capital no exercício

Table with columns for 2025 and 2024, showing capital subscription during the period.

Saldo final - Capital subscrito

Table with columns for 2025 and 2024, showing ending balance - subscribed capital.

Capital social a integralizar

Table with columns for 2025 and 2024, showing capital to be paid up.

Capital social integralizado

Table with columns for 2025 and 2024, showing paid up capital.

Subscrição de ações

Table with columns for 2025 and 2024, showing share subscription.

Em milhares de ações

Saldo no início do exercício

Table with columns for 2025 and 2024, showing beginning balance - shares.

Subscrição de ações no exercício

Table with columns for 2025 and 2024, showing share subscription during the period.

Saldo final - Número de ações subscritas

Table with columns for 2025 and 2024, showing ending balance - subscribed shares.

(a) Em 12 de novembro de 2025, conforme Assembleia Geral Extraordinária - AGE, o acionista controlador subscreu 134.885 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no montante total de R\$ 58.000. As ações foram integralizadas mediante aporte em moeda corrente nacional, sem ágio, tendo sido realizado o valor de R\$ 51.150 no exercício de 2025, permanecendo capital a integralizar de R\$ 6.850 em 31 de dezembro de 2025. b. Reserva de capital: Em 28 de outubro de 2021, através da assinatura do contrato de compra e venda de ações firmado entre o controlador Ipiranga Fundos de Investimentos Multiestratégia e o Grupo Equatorial, a Companhia passou a ter o direito ao recebimento via aporte de capital do valor referente à remuneração baseada em ações, equivalente a R\$ 207.013 em dezembro de 2021, o qual foi liquidado no momento da transferência de controle. O aporte ocorreu em 03 de março de 2022, sendo integralizado adicionalmente o montante de R\$ 13.005, totalizando R\$ 220.026 pelo novo controlador e utilizado para pagamento da remuneração baseada em ações. Em setembro de 2022, a Companhia reconheceu em adição ao valor já integralizado R\$ 1.981, o qual também foi utilizado para pagamento de saldo remanescente da remuneração baseada em ações. Em 31 de dezembro de 2024, realizamos a baixa do valor em aberto de R\$ 1.981, com a respectiva baixa da reserva de capital. Em 31 de dezembro de 2025 não foi constituído saldo de reserva de capital. c. Outros resultados abrangentes: Em 31 de dezembro de 2025, foi destinado a reserva de hedge referente à contratação de instrumentos financeiros derivativos no valor de R\$ 442 (Em 2024 a companhia não apurou outros resultados abrangentes).

20. Receita operacional líquida - Receitas de venda de energia elétrica: A receita operacional advinda do curso normal das atividades das controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante se espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com preços especificados nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A energia produzida nas transações de geração e venda de energia das controladas são registradas na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e são classificadas em dois mercados: (i) ACR (Ambiente de Contratação Regulada) - Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado, e (ii) ACL (Ambiente de Contratação Livre) - Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Livre. Os contratos de suas controladas possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, as controladas têm a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda a vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente através da entrega da energia, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) Sem histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito. Especificamente para os contratos negociados no ACR, os valores de geração excedente ou deficitária são reconhecidos com a mecânica abaixo: Geração excedente: Toda geração de energia produzida acima das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CER são reconhecidas no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em excedentes quadriennais e anuais. São considerados excedentes quadriennais quando a geração acumulada atingir entre 100% e 130% da quantidade de energia contratada e excedentes anuais quando a geração acumulada ultrapassar 130% da quantidade de energia contratada. Geração deficitária: Toda geração de energia produzida abaixo das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CER são reconhecidas no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em ressarcimentos quadriennais e anuais. São considerados ressarcimentos quadriennais quando a geração acumulada estiver entre o 90% e 100% da quantidade de energia contratada e ressarcimentos anuais quando a geração acumulada for inferior a 90% da quantidade de energia contratada. A Companhia e suas controladas consideram que tal contraprestação é uma parcela variável prevista no contrato, conforme determinado pelo CPC 47. Receita de contrato com cliente, no qual, a entidade deve estimar o valor da contraprestação a qual a entidade terá direito em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente, na medida em que for altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas não deva ocorrer. A Companhia e suas controladas mensuram a contraprestação variável nos referidos contratos pelo método do valor mais provável. PIS e Cofins: Para as controladas que atuam no setor de geração de energia, o PIS e a COFINS são calculados conforme o regime cumulativo, aplicando-se alíquotas de 0,65% para o PIS e 3% para a COFINS sobre a receita operacional. Já para as demais controladas, o cálculo do PIS e da COFINS segue o regime não cumulativo, com todas as receitas, exceto as financeiras, sujeitas às alíquotas de 1,65% para o PIS e 7,6% para a COFINS. Neste regime, são permitidos créditos tributários baseados nos mesmos percentuais, conforme previsto pela legislação tributária. As receitas financeiras, no regime não cumulativo, são tributadas à alíquota de 0,65% para o PIS e de 4% para a COFINS.

Receita bruta sobre venda de energia elétrica

Table with columns for 2025 and 2024, showing gross revenue from electricity sales.

Outras receitas (a)

Table with columns for 2025 and 2024, showing other revenues.

Total das receitas operacionais antes das deduções

Table with columns for 2025 and 2024, showing total operating revenues before deductions.

PIS

Table with columns for 2025 and 2024, showing PIS.

COFINS

Table with columns for 2025 and 2024, showing COFINS.

ICMS

Table with columns for 2025 and 2024, showing ICMS.

ISS

Table with columns for 2025 and 2024, showing ISS.

Deduções da receita

Table with columns for 2025 and 2024, showing revenue deductions.

Receita operacional líquida

Table with columns for 2025 and 2024, showing net operating revenue.

Volume gerado em MWh

Table with columns for 2025 and 2024, showing volume generated in MWh.

(a) Receita da controlada Echoenergia Suprimentos, referente ao desenvolvimento do projeto de reparo de pás eólicas. Abaixo demonstramos a segregação de receita bruta por tipo de contrato:

CCEAR (a) - LEN

Table with columns for 2025 and 2024, showing CCEAR (a) - LEN.

CCEAR (a) - LFA

Table with columns for 2025 and 2024, showing CCEAR (a) - LFA.

CER (b) - LER

Table with columns for 2025 and 2024, showing CER (b) - LER.

ACL (c)

Table with columns for 2025 and 2024, showing ACL (c).

MCP (d)

Table with columns for 2025 and 2024, showing MCP (d).

Total

Table with columns for 2025 and 2024, showing total revenue.

(a) Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (b) Contratos de Energia de Reserva (c) Ambiente de

Contratação Livre (d) Mercado de Curto Prazo e Swap decorrente do mecanismo de fechamento de posição energética na CCEE, ajustando as receitas faturadas mensalmente por meio da garantia física, podendo ter um efeito positivo ou negativo.

21. Custos de operação

Table with columns for 2025 and 2024, showing operating costs.

Depreciação

Table with columns for 2025 and 2024, showing depreciation.

Compra de energia

Table with columns for 2025 and 2024, showing energy purchase.

Engenharia e gestão de processos O&M (b)

Table with columns for 2025 and 2024, showing engineering and O&M.

Encargos de conexão e transmissão

Table with columns for 2025 and 2024, showing connection and transmission charges.

Serviços de terceiros

Table with columns for 2025 and 2024, showing third-party services.

Gastos com pessoal

Table with columns for 2025 and 2024, showing personnel expenses.

Seguros

Table with columns for 2025 and 2024, showing insurance.

Amortização de direito de uso

Table with columns for 2025 and 2024, showing amortization of right of use.

Materiais

Table with columns for 2025 and 2024, showing materials.

Locações e alugueis

Table with columns for 2025 and 2024, showing leases and rentals.

Impostos, taxas e alvarás diversos

Table with columns for 2025 and 2024, showing taxes and fees.

Outros custos (a)

Table with columns for 2025 and 2024, showing other costs.

Viagens, diárias e ajuda de custo

Table with columns for 2025 and 2024, showing travel and expenses.

... continuação				Ecoenergia Participações S.A.																																																																																																																																																																																					
<p>lvas refletem condições de mercado observáveis na data-base do teste. A combinação entre (i) adoção de percentis revisados de geração, baseados em dados históricos recentes e (ii) incorporação estrutural de <i>curtailment</i> reforça o caráter prudencial das projeções utilizadas no cálculo do valor em uso. (iv) Custos e despesas operacionais: Os custos e despesas operacionais (O&M e despesas administrativas diretamente atribuíveis às UGCs) foram projetados com base: • No orçamento aprovado para 2026-2030; • Em contratos vigentes de operação e manutenção; • Em projeções consistentes de inflação de longo prazo. Não foram considerados ganhos de eficiência não comprovados ou reduções estruturais ainda não implementadas. (v) Investimentos (Capex) As projeções incluem exclusivamente: • Capex já comprometido contratualmente; • Investimentos necessários à manutenção da capacidade operacional dos ativos; • Projetos específicos aprovados (incluindo investimentos relevantes em determinados clusters). Não foram considerados projetos de expansão não comprometidos ou melhorias operacionais ainda não aprovadas. (vi) Taxa de desconto (WACC real) Os fluxos de caixa foram descontados utilizando taxa equivalente ao Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) real de 8,20% ao ano. O WACC foi estimado com base em: • Estrutura de capital observada no setor; • Custo de capital próprio calculado via CAPM, considerando:</p>				<p>a) Taxa livre de risco compatível com títulos soberanos de longo prazo; b) Beta setorial desalinhado e realinhado à estrutura alvo; c) Prêmio de risco de mercado; • Custo da dívida observado em operações comparáveis do setor; • Benefício fiscal do endividamento; • Prêmios de risco específicos quando aplicável. Os fluxos de caixa foram elaborados em base real, sendo assegurada consistência entre a base dos fluxos e a taxa de desconto utilizada. 23.5. Sensibilidade das premissas: A recuperabilidade das UGCs é sensível principalmente a alterações nas seguintes premissas: • Nível de geração física (percentis adotados); • Intensidade e duração do <i>curtailment</i>; • Preços de energia no longo prazo; • Taxa de desconto (WACC). Alterações razoavelmente possíveis nessas premissas podem impactar materialmente o valor recuperável estimado. 23.6. Perda reconhecida no exercício (divulgação por UGC) Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu perda por redução do valor recuperável no montante de R\$ 271.818, registrada na rubrica "Perda por redução do valor recuperável" no resultado do exercício. Em conformidade com o CPC 01 (R1), item 130, a Companhia divulga a seguir as informações relativas às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para as quais foram reconhecidas perdas por redução do valor recuperável no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.</p>																																																																																																																																																																																					
UGC/Cluster	Descrição da UGC	Valor contábil do capital de giro	Valor contábil imobilizado	Valor contábil Direito de uso	Valor contábil da UGC	Valor recuperável (Valor em uso)	Perda reconhecida																																																																																																																																																																																		
Echo 2 – Eólica Serra de Santana S.A.	Parque eólico integrante do cluster Echo 2, localizado no RN	(12.018)	107.507	6.253	101.742	83.496	(18.246)																																																																																																																																																																																		
Echo 2 – Eólica Lagoa Nova S.A.	Parque eólico integrante do cluster Echo 2, localizado no RN	(23.412)	140.304	9.684	126.576	106.262	(20.315)																																																																																																																																																																																		
Echo 2 – Eólica Seridó S.A.	Parque eólico integrante do cluster Echo 2, localizado no RN	(56.730)	194.995	9.565	147.830	95.651	(52.180)																																																																																																																																																																																		
Echo 2 – Eólica Paraíso S.A.	Parque eólico integrante do cluster Echo 2, localizado no RN	(13.711)	107.072	4.910	98.271	59.327	(38.944)																																																																																																																																																																																		
Echo 2 – Eólica Lanchinha S.A.	Parque eólico integrante do cluster Echo 2, localizado no RN	(41.049)	147.680	9.143	115.774	61.323	(54.451)																																																																																																																																																																																		
Serra do Mel 2 – Vila Espírito Santo I	Parque eólico integrante do cluster Serra do Mel 2	1.024	185.814	14.966	201.804	186.649	(15.155)																																																																																																																																																																																		
Serra do Mel 2 – Vila Espírito Santo III	Parque eólico integrante do cluster Serra do Mel 2	(2.332)	145.773	16.857	160.298	120.113	(40.185)																																																																																																																																																																																		
Serra do Mel 2 – Vila Espírito Santo IV	Parque eólico integrante do cluster Serra do Mel 2	(2.107)	140.133	16.931	154.957	132.534	(22.422)																																																																																																																																																																																		
Echo 3 – Vila Rio Grande do Norte 2	Parque eólico integrante do cluster Echo 3	(973)	149.609	17.732	166.368	156.447	(9.921)																																																																																																																																																																																		
Total empresas afetadas		(151.307)	1.318.887	106.041	1.273.621	1.001.803	(271.818)																																																																																																																																																																																		
Outras empresas		68.163	3.217.048	264.352	3.549.563	4.849.563																																																																																																																																																																																			
Total consolidado antes dos ajustes de impairment		(83.144)	4.535.935	370.393	4.823.184	5.851.629	(271.818)																																																																																																																																																																																		
<p>24. Receitas e despesas financeiras – As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre financiamentos, custos de financiamentos, fianças e comissões bancárias, IOF e juros sobre arrendamento. As que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são reconhecidas no custo desses ativos, as demais são reconhecidas no resultado do exercício. Em ambos os casos são mensuradas através do método de juros efetivos.</p>				<p>definitiva da licença de operação: Em setembro de 2025, a Ecoenergia apresentou ao órgão ambiental estadual de Pernambuco (CPRH) proposta de Plano de Mitigação Socioambiental, a qual foi aprovada e encontra-se com ações em curso. Paralelamente, a Companhia permanece em tratativas com o referido órgão para a eventual celebração de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), com a finalidade de mitigar impactos socioambientais associados às operações. A Administração ressalta que diversas medidas indicadas pelo órgão ambiental na minuta de TAC já vêm sendo executadas, como parte das iniciativas de responsabilidade e comprometimento socioambiental da Companhia. Até 31 de dezembro de 2025, não foi reconhecida provisão específica relacionada ao assunto, pois as tratativas permanecem em andamento e não há, na data-base, obrigação formal e mensurável de forma confiável.</p>																																																																																																																																																																																					
<p>25. Partes relacionadas – Os principais saldos de ativos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrem de transações da Companhia com suas controladas, as quais estão descritas abaixo:</p>				<p>de compartilhamento de despesas e custos firmado com suas controladas. O critério de rateio se dá com base na receita de cada controlada em face do total de receita consolidada para todo o Grupo. Os custos e despesas estão demonstrados na nota 26.e, sendo os principais gastos compartilhados: • Custos com pessoal, tecnologia da informação e comunicação e; • Despesas legais e advocatícias, seguros e demais serviços de terceiros. (b) Valores de redução de capital que ainda não foram liquidados pelas controladas (c) Outras contas a receber de partes relacionadas se refere a notas de débito diversas, para alocação de despesas entre as empresas.</p>																																																																																																																																																																																					
<p>a. Valores a receber</p>				<p>b. Dividendos a receber</p>																																																																																																																																																																																					
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">Controladora</th> <th colspan="2">Consolidado</th> </tr> <tr> <th>2025</th> <th>2024</th> <th>2025</th> <th>2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Rendimento de aplicação</td> <td>3.271</td> <td>2.116</td> <td>134.130</td> <td>87.574</td> </tr> <tr> <td>Atualização monetária dos depósitos judiciais</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>1.858</td> <td>1.279</td> </tr> <tr> <td>Outras receitas</td> <td>1.196</td> <td>175</td> <td>1.912</td> <td>552</td> </tr> <tr> <td>(j) PIS e COFINS sobre receitas financeiras</td> <td>(205)</td> <td>(112)</td> <td>(472)</td> <td>(198)</td> </tr> <tr> <td>Receitas financeiras</td> <td>4.262</td> <td>2.179</td> <td>137.428</td> <td>89.207</td> </tr> <tr> <td>Juros sobre financiamentos</td> <td>(10.582)</td> <td>(1.190)</td> <td>(203.287)</td> <td>(202.535)</td> </tr> <tr> <td>Juros de debêntures</td> <td>(37.696)</td> <td>(41.960)</td> <td>(93.725)</td> <td>(102.749)</td> </tr> <tr> <td>Ajuste a valor presente provisão para desmobilização</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(13.390)</td> <td>(12.937)</td> </tr> <tr> <td>Despesa captação de financiamentos, empréstimos e debêntures</td> <td>(1.400)</td> <td>(1.637)</td> <td>(5.145)</td> <td>(5.300)</td> </tr> <tr> <td>Fianças e comissões bancárias</td> <td>(14)</td> <td>(215)</td> <td>(678)</td> <td>(11.057)</td> </tr> <tr> <td>Atualização monetária de ressarcimento e excedente</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>(7.871)</td> <td>(5.126)</td> </tr> <tr> <td>Juros sobre arrendamento</td> <td>(643)</td> <td>(784)</td> <td>(6.730)</td> <td>(6.751)</td> </tr> <tr> <td>Outras despesas financeiras</td> <td>(3.986)</td> <td>(1.069)</td> <td>(23.809)</td> <td>(4.450)</td> </tr> <tr> <td>Despesas financeiras</td> <td>(54.321)</td> <td>(46.855)</td> <td>(354.635)</td> <td>(350.905)</td> </tr> </tbody> </table>					Controladora		Consolidado		2025	2024	2025	2024	Rendimento de aplicação	3.271	2.116	134.130	87.574	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-	-	1.858	1.279	Outras receitas	1.196	175	1.912	552	(j) PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(205)	(112)	(472)	(198)	Receitas financeiras	4.262	2.179	137.428	89.207	Juros sobre financiamentos	(10.582)	(1.190)	(203.287)	(202.535)	Juros de debêntures	(37.696)	(41.960)	(93.725)	(102.749)	Ajuste a valor presente provisão para desmobilização	-	-	(13.390)	(12.937)	Despesa captação de financiamentos, empréstimos e debêntures	(1.400)	(1.637)	(5.145)	(5.300)	Fianças e comissões bancárias	(14)	(215)	(678)	(11.057)	Atualização monetária de ressarcimento e excedente	-	-	(7.871)	(5.126)	Juros sobre arrendamento	(643)	(784)	(6.730)	(6.751)	Outras despesas financeiras	(3.986)	(1.069)	(23.809)	(4.450)	Despesas financeiras	(54.321)	(46.855)	(354.635)	(350.905)	<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">Controladora</th> <th colspan="2">Consolidado</th> </tr> <tr> <th>2025</th> <th>2024</th> <th>2025</th> <th>2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Equatorial Serviços S.A. (nota explicativa 31.b)</td> <td>11.384</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Eólica Baixa Verde S.A.</td> <td>9.804</td> <td>5.827</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Eólica Moxotó S.A.</td> <td>7.264</td> <td>3.997</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Eolicatéc Sobradinho S.A.</td> <td>5.458</td> <td>3.505</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Eólica Pedra do Reino S.A.</td> <td>12.246</td> <td>6.976</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Vila Sergipe I Empreendimentos e Participações S.A.</td> <td>319</td> <td>699</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Vila Sergipe II Empreendimentos e Participações S.A.</td> <td>954</td> <td>1.315</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Vila Sergipe III Empreendimentos e Participações S.A.</td> <td>147</td> <td>471</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Vila Rio Grande do Norte I Empreendimentos e Participações S.A.</td> <td>-</td> <td>104</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Vila Piauí I Empreendimentos e Participações S.A.</td> <td>447</td> <td>41</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Vila Piauí II Empreendimentos e Participações S.A.</td> <td>702</td> <td>705</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Vila Piauí III Empreendimentos e Participações S.A.</td> <td>1.134</td> <td>1.622</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Eólica Cabeço Vermelho II S.A.</td> <td>491</td> <td>485</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Eólica Pedra Rajada I S.A.</td> <td>1.561</td> <td>316</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Eólica Pedra Rajada II S.A.</td> <td>2.051</td> <td>1.534</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Eólica Pedra do Reino IV S.A.</td> <td>2.848</td> <td>2.344</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Boa Esperança S.A.</td> <td>867</td> <td>604</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>57.677</td> <td>30.545</td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>					Controladora		Consolidado		2025	2024	2025	2024	Equatorial Serviços S.A. (nota explicativa 31.b)	11.384	-	-	-	Eólica Baixa Verde S.A.	9.804	5.827	-	-	Eólica Moxotó S.A.	7.264	3.997	-	-	Eolicatéc Sobradinho S.A.	5.458	3.505	-	-	Eólica Pedra do Reino S.A.	12.246	6.976	-	-	Vila Sergipe I Empreendimentos e Participações S.A.	319	699	-	-	Vila Sergipe II Empreendimentos e Participações S.A.	954	1.315	-	-	Vila Sergipe III Empreendimentos e Participações S.A.	147	471	-	-	Vila Rio Grande do Norte I Empreendimentos e Participações S.A.	-	104	-	-	Vila Piauí I Empreendimentos e Participações S.A.	447	41	-	-	Vila Piauí II Empreendimentos e Participações S.A.	702	705	-	-	Vila Piauí III Empreendimentos e Participações S.A.	1.134	1.622	-	-	Eólica Cabeço Vermelho II S.A.	491	485	-	-	Eólica Pedra Rajada I S.A.	1.561	316	-	-	Eólica Pedra Rajada II S.A.	2.051	1.534	-	-	Eólica Pedra do Reino IV S.A.	2.848	2.344	-	-	Boa Esperança S.A.	867	604	-	-	Total	57.677	30.545		
	Controladora		Consolidado																																																																																																																																																																																						
	2025	2024	2025	2024																																																																																																																																																																																					
Rendimento de aplicação	3.271	2.116	134.130	87.574																																																																																																																																																																																					
Atualização monetária dos depósitos judiciais	-	-	1.858	1.279																																																																																																																																																																																					
Outras receitas	1.196	175	1.912	552																																																																																																																																																																																					
(j) PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(205)	(112)	(472)	(198)																																																																																																																																																																																					
Receitas financeiras	4.262	2.179	137.428	89.207																																																																																																																																																																																					
Juros sobre financiamentos	(10.582)	(1.190)	(203.287)	(202.535)																																																																																																																																																																																					
Juros de debêntures	(37.696)	(41.960)	(93.725)	(102.749)																																																																																																																																																																																					
Ajuste a valor presente provisão para desmobilização	-	-	(13.390)	(12.937)																																																																																																																																																																																					
Despesa captação de financiamentos, empréstimos e debêntures	(1.400)	(1.637)	(5.145)	(5.300)																																																																																																																																																																																					
Fianças e comissões bancárias	(14)	(215)	(678)	(11.057)																																																																																																																																																																																					
Atualização monetária de ressarcimento e excedente	-	-	(7.871)	(5.126)																																																																																																																																																																																					
Juros sobre arrendamento	(643)	(784)	(6.730)	(6.751)																																																																																																																																																																																					
Outras despesas financeiras	(3.986)	(1.069)	(23.809)	(4.450)																																																																																																																																																																																					
Despesas financeiras	(54.321)	(46.855)	(354.635)	(350.905)																																																																																																																																																																																					
	Controladora		Consolidado																																																																																																																																																																																						
	2025	2024	2025	2024																																																																																																																																																																																					
Equatorial Serviços S.A. (nota explicativa 31.b)	11.384	-	-	-																																																																																																																																																																																					
Eólica Baixa Verde S.A.	9.804	5.827	-	-																																																																																																																																																																																					
Eólica Moxotó S.A.	7.264	3.997	-	-																																																																																																																																																																																					
Eolicatéc Sobradinho S.A.	5.458	3.505	-	-																																																																																																																																																																																					
Eólica Pedra do Reino S.A.	12.246	6.976	-	-																																																																																																																																																																																					
Vila Sergipe I Empreendimentos e Participações S.A.	319	699	-	-																																																																																																																																																																																					
Vila Sergipe II Empreendimentos e Participações S.A.	954	1.315	-	-																																																																																																																																																																																					
Vila Sergipe III Empreendimentos e Participações S.A.	147	471	-	-																																																																																																																																																																																					
Vila Rio Grande do Norte I Empreendimentos e Participações S.A.	-	104	-	-																																																																																																																																																																																					
Vila Piauí I Empreendimentos e Participações S.A.	447	41	-	-																																																																																																																																																																																					
Vila Piauí II Empreendimentos e Participações S.A.	702	705	-	-																																																																																																																																																																																					
Vila Piauí III Empreendimentos e Participações S.A.	1.134	1.622	-	-																																																																																																																																																																																					
Eólica Cabeço Vermelho II S.A.	491	485	-	-																																																																																																																																																																																					
Eólica Pedra Rajada I S.A.	1.561	316	-	-																																																																																																																																																																																					
Eólica Pedra Rajada II S.A.	2.051	1.534	-	-																																																																																																																																																																																					
Eólica Pedra do Reino IV S.A.	2.848	2.344	-	-																																																																																																																																																																																					
Boa Esperança S.A.	867	604	-	-																																																																																																																																																																																					
Total	57.677	30.545																																																																																																																																																																																							
<p>c. Programa de pagamento baseado em ações</p>				<p>d. Outras contas a receber: A controlada Ecoenergia Suprimentos realiza transações com partes relacionadas, especificamente relacionadas à venda de equipamentos para manutenção de grandes corretores para empresas pertencentes ao cluster Echo 2. Para fins de consolidação, esses saldos são integralmente eliminados, uma vez que tanto a Ecoenergia Suprimentos quanto as empresas do cluster Echo 2 possuem a Ecoenergia Participações como controladora final. Abaixo, a composição dos valores em aberto entre as partes.</p>																																																																																																																																																																																					
<p>e. Mútuos financeiros</p>				<p>f. Resultado</p>																																																																																																																																																																																					
<p>g. Remuneração dos administradores: Em 31 de dezembro de 2025, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da Companhia, totalizou R\$10.958 (R\$ 7.596 em 31 de dezembro de 2024) e inclui salários, honorários e benefícios variáveis. Adicionalmente, os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros saldos esporádicos de transações com a Companhia. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os administradores não receberam remuneração nem benefícios da Companhia nas categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e c) benefícios de pós emprego. Os administradores receberam remuneração baseada em ações, conforme descrito na nota 31.b.</p>				<p>27. Instrumentos financeiros – Ativos financeiros: Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais</p>																																																																																																																																																																																					
<p>Processos judiciais por natureza</p>				<p>28. Instrumentos financeiros – Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem: • Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente; (iii) derivativos. Estes passivos são registrados inicialmente pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, se houver, que deve ser registrada contra outros resultados abrangentes. A Companhia e suas controladas não possuem passivos financeiros classificados nessa categoria. • Mensurados subsequentemente ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros. Os ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas no quadro abaixo. A Companhia e suas controladas possuem operações com instrumentos financeiros. O gerenciamento desses instrumentos financeiros é feito por meio de monitoramento e controles internos que visam mitigar os riscos advindos desses instrumentos financeiros. A Companhia e suas controladas possuem um comitê instaurado permanentemente, que tem por finalidade analisar todos os fatores internos e externos que possam aumentar o risco de crédito, cambial e de liquidez atrelados às operações com instrumentos financeiros. As atividades relacionadas a gestão e monitoramentos dos riscos envolvem principalmente o acompanhamento da evolução das taxas de juros que podem impactar tanto os fluxos de caixa da Companhia e de suas controladas bem como o valor de mercado dos instrumentos financeiros, o risco de crédito de seus ativos financeiros, e o monitoramento regular das cláusulas de covenants. As projeções e acompanhamento dos fluxos de caixa da Companhia e de suas controladas são monitoradas semanalmente com vistas a garantir o cumprimento das obrigações financeiras e liquidez da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas não efetuaram operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo.</p>																																																																																																																																																																																					
<p>29. Instrumentos financeiros – Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais</p>				<p>30. Instrumentos financeiros – Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais</p>																																																																																																																																																																																					
<p>31. Instrumentos financeiros – Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais</p>				<p>32. Instrumentos financeiros – Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais</p>																																																																																																																																																																																					
<p>33. Instrumentos financeiros – Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais</p>				<p>34. Instrumentos financeiros – Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais</p>																																																																																																																																																																																					
<p>35. Instrumentos financeiros – Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais</p>				<p>36. Instrumentos financeiros – Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais</p>																																																																																																																																																																																					
<p>37. Instrumentos financeiros – Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais</p>				<p>38. Instrumentos financeiros – Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais</p>																																																																																																																																																																																					
<p>39. Instrumentos financeiros – Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais</p>				<p>40. Instrumentos financeiros – Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais</p>																																																																																																																																																																																					
<p>41. Instrumentos financeiros – Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais</p>				<p>42. Instrumentos financeiros – Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais</p>																																																																																																																																																																																					
<p>43. Instrumentos financeiros – Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais</p>				<p>44. Instrumentos financeiros – Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais</p>																																																																																																																																																																																					
<p>45. Instrumentos financeiros – Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais</p>				<p>46. Instrumentos financeiros – Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais</p>																																																																																																																																																																																					
<p>47. Instrumentos financeiros – Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais</p>				<p>48. Instrumentos financeiros – Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais</p>																																																																																																																																																																																					
<p>49. Instrumentos financeiros – Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais</p>				<p>50. Instrumentos financeiros – Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais</p>																																																																																																																																																																																					
<p>51. Instrumentos financeiros – Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais</p>				<p>52. Instrumentos financeiros – Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais</p>																																																																																																																																																																																					
<p>53. Instrumentos financeiros – Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais</p>				<p>54. Instrumentos financeiros – Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais</p>																																																																																																																																																																																					
<p>55. Instrumentos financeiros – Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais</p>				<p>56. Instrumentos financeiros – Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais</p>																																																																																																																																																																																					
<p>57. Instrumentos financeiros – Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais</p>				<p>58. Instrumentos financeiros – Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais</p>																																																																																																																																																																																					
<p>59. Instrumentos financeiros – Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais</p>				<p>60. Instrumentos financeiros – Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais</p>																																																																																																																																																																																					
<p>61. Instrumentos financeiros – Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais</p>				<p>62. Instrumentos financeiros – Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais</p>																																																																																																																																																																																					
<p>63. Instrumentos financeiros – Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais</p>				<p>64. Instrumentos financeiros – Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais</p>																																																																																																																																																																																					
<p>65. Instrumentos financeiros – Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais</p>				<p>66. Instrumentos financeiros – Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais</p>																																																																																																																																																																																					
<p>67. Instrumentos financeiros – Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais</p>				<p>68. Instrumentos financeiros – Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais</p>																																																																																																																																																																																					
<p>69. Instrumentos financeiros – Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais</p>				<p>70. Instrumentos financeiros – Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais</p>																																																																																																																																																																																					
<p>71. Instrumentos financeiros – Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais</p>				<p>72. Instrumentos financeiros – Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais</p>																																																																																																																																																																																					
<p>73. Instrumentos financeiros – Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais</p>				<p>74. Instrumentos financeiros – Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais</p>																																																																																																																																																																																					
<p>75. Instrumentos financeiros – Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais</p>				<p>76. Instrumentos financeiros – Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais</p>																																																																																																																																																																																					
<p>77. Instrumentos financeiros – Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais</p>				<p>78. Instrumentos financeiros – Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais</p>																																																																																																																																																																																					
<p>79. Instrumentos financeiros – Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais</p>				<p>80. Instrumentos financeiros – Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais</p>																																																																																																																																																																																					
<p>81. Instrumentos financeiros – Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais</p>				<p>82. Instrumentos financeiros – Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais</p>																																																																																																																																																																																					
<p>83. Instrumentos financeiros – Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais</p>				<p>84. Instrumentos financeiros – Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais</p>																																																																																																																																																																																					
<p>85. Instrumentos financeiros – Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais</p>				<p>86. Instrumentos financeiros – Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais</p>																																																																																																																																																																																					
<p>87. Instrumentos financeiros – Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais</p>				<p>88. Instrumentos financeiros – Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais</p>																																																																																																																																																																																					
<p>89. Instrumentos financeiros – Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais</p>				<p>90. Instrumentos financeiros – Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais</p>																																																																																																																																																																																					
<p>91. Instrumentos financeiros – Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais</p>				<p>92. Instrumentos financeiros – Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais</p>																																																																																																																																																																																					
<p>93. Instrumentos financeiros – Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais</p>				<p>94. Instrumentos financeiros – Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais</p>																																																																																																																																																																																					
<p>95. Instrumentos financeiros – Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais</p>				<p>96. Instrumentos financeiros – Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais</p>																																																																																																																																																																																					
<p>97. Instrumentos financeiros – Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais</p>				<p>98. Instrumentos financeiros – Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais</p>																																																																																																																																																																																					
<p>99. Instrumentos financeiros – Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais</p>				<p>100. Instrumentos financeiros – Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais</p>																																																																																																																																																																																					

Ecoenergia Participações S.A.		Controladora	% Participação	Valor da venda	Quantidade de ações
Investida		Serra do Mel Holding	50,50%	100.000	39.429.289
		Serra do Mel Holding	50,50%	100.000	344.505
		Serra do Mel Holding	50,50%	100.000	289.898
		Serra do Mel Holding	50,50%	100.000	COA
		Serra do Mel Holding	50,50%	100.000	COA
		Serra do Mel Holding	50,50%	100.000	1.669.181
		Echo Participações	50,50%	100.000	COA
		Echo Participações	50,50%	100.000	COA
		Echo Participações	50,50%	100.000	10.934.459

Diretoria Executiva		
Liu Gonçalves de Aquino – Diretor Presidente	Raimundo Barretto Bastos – Diretor Financeiro	Bruno Ortega Janjacomo – Gerente de contabilidade – CRC TSP-331.491/O-4

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas e Diretores da **Ecoenergia Participações S.A.** | São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ecoenergia Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. **Mensuração do ressarcimento a pagar e/ou a receber nos contratos de geração de energia elétrica** Os parques eólicos operam contratos de Energia de Reserva (LER) e contratos de Energia Nova (LEN) pela modalidade de disponibilidade, onde os contratos estabelecem limites para exposições positivas ou negativas de geração de energia em relação a receita fixa com aplicação de bônus ou penalidades. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta em suas demonstrações financeiras consolidadas saldos de ressarcimento a pagar no montante de R\$ 372.187 mil cuja contrapartida é a receita de venda de geração de energia elétrica, apresentados no passivo circulante e não circulante, respectivamente, nos montantes de R\$ 229.036 mil e R\$ 143.151 mil e está divulgado na nota explicativa nº 16 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A mensuração do ressarcimento a pagar e/ou a receber nos contratos de geração de energia elétrica foi considerado um assunto significativo para nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às especificidades atreladas ao processo de estimativa o qual leva em consideração (i) informações históricas, como volume de geração de energia efetivo (MWh), (ii) dados contratuais, como volume e preço determinados nos contratos e (iii) dados de mercado, tais como índice IPCA e o PLD – Preço de Liquidação das Diferenças. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação do desenho relacionado aos controles internos da Companhia e suas controladas para a mensuração do ressarcimento a pagar e/ou a receber nos contratos de geração de energia elétrica; (ii) a compreensão e documentação do processo de estimativa, determinação e revisão das premissas por parte da Administração; (iii) avaliação da precisão matemática do cálculo da mensuração dos saldos de ressarcimento a pagar e a receber, bem como da parcela variável da receita de venda de energia; (iv) recálculo da estimativa confrontando os dados com o balanço energético; e (v) revisamos as divulgações relevantes sobre esse assunto nas notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o ressarcimento a pagar e/ou a receber nos contratos de geração de energia elétrica, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que as políticas de mensuração e reconhecimento adotadas pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 16, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Teste de recuperabilidade do ativo imobilizado:** Anualmente, a Companhia realiza o teste de redução ao valor recuperável (teste de impairment) dos saldos de ativo imobilizado e direito de uso de suas controladas, conforme divulgado nas notas explicativas nº 10 e nº 23 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As projeções preparadas para realização dos testes de recuperabilidade envolvem um elevado grau de julgamento e a necessidade de que sejam desenvolvidas estimativas de valores justos baseadas em cálculos e premissas relacionados ao desempenho futuro dos negócios. Em razão do alto grau de julgamento envolvido e ao impacto que a definição das premissas tem nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos este um assunto significativo para nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) revisão do modelo utilizado para mensurar o valor recuperável e as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas, em particular aquelas relacionadas às projeções de receitas futuras, taxa de crescimento, taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa, margem de lucro de todas as unidades geradoras de caixa; (ii) envolvimento de especialistas em avaliação para revisão da taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa; e (iii) revisão das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas sobre as premissas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade dos referidos ativos. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável do ativo imobilizado, de acordo com o CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos, que está consistente com a avaliação da Diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do ativo imobilizado preparados pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas nº 10 e nº 23, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos nos nossos relatórios pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descreveremos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza (CE), 25 de março de 2026.

Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-CE 001.042/F

Thiago Alexandre de Souza Silva
Contador
CRC-PE 021.265/O

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

☎ **Contato: (11) 3361-8833**

✉ **Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br**

DATA MERCANTIL São Paulo

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 18/04/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

